

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Filipe Fernando Rocha Marques

**Candidaturas Independentes em 2013:
O que mudou na democracia portuguesa?**

Filipe Fernando Rocha Marques **Candidaturas Independentes em 2013: O que mudou na democracia portuguesa?**

UMinho | 2016

julho de 2016



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Filipe Fernando Rocha Marques

**Candidaturas Independentes em 2013:
O que mudou na democracia portuguesa?**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor José António de Passos Palmeira

Declaração

Nome: Filipe Fernando Rocha Marques

Endereço Eletrónico: ffrm@live.com.pt

Telefone: 962578379

Número do Cartão de Cidadão: 13791870

Título Dissertação: “Candidaturas Independentes em 2013: O que mudou na democracia portuguesa?”

Orientador: Professor Doutor José António de Passos Palmeira

Ano da Conclusão: 2016

Designação do Mestrado: Mestrado em Ciência Política

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE

Universidade do Minho, ___ / ___ / _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Nestes agradecimentos, gostaria de agradecer, primeiramente a minha família por todo o apoio, força, e coragem que me transmitiram em toda esta caminhada acadêmica, por todos os valores que sempre me transmitiram.

Quero agradecer ao Professor Doutor José António de Passos Palmeira, por todo o apoio, orientação, disponibilidade e ensinamentos que sempre transmitiu dia após dia.

Quero agradecer a minha namorada Sara, por todo o apoio, carinho e paciência que teve durante este ano.

Agradecer também a todos os meus colegas do curso e mestrado de ciência política por todo que passamos nestes 5 anos de vida acadêmica.

Resumo

As eleições autárquicas de 2013 em Portugal e o sucesso de várias candidaturas independentes suscitam várias questões, designadamente se há uma distinção entre a sua prática política e a dos partidos políticos institucionalizados e de que forma estes se adaptaram à nova realidade.

O que se pretende com esta investigação é avaliar a influência do sucesso das candidaturas independentes de 2013 na democracia portuguesa, designadamente no sistema partidário e identificar eventuais transformações resultantes desse fenómeno.

A partir de uma análise sobre o comportamento dos “independentes”, dos principais partidos políticos portugueses, da comunicação social, da evolução da taxa de abstenção em eleições subsequentes nos municípios geridos por independentes, da participação cívica nas suas Assembleias Municipais, bem como da geografia das suas vitórias, procurou-se resposta para as dúvidas suscitadas.

As principais conclusões vão no sentido de que a nível local não se nota propriamente uma maneira diferente de fazer política, a não ser que o debate é mais centrado nas questões locais e menos em assuntos do foro ideológico ou nacional. No âmbito partidário nota-se que os partidos sentiram, de forma variada, a concorrência dos independentes, havendo casos em que foi alargado aos simpatizantes a participação na escolha do respetivo líder ou conferindo-lhes mais representatividade e destaque nas suas candidaturas para a Assembleia da República (2015). O mesmo se verificou nas eleições presidenciais (2016), com os candidatos com filiação partidária a manifestar distanciamento em relação às suas famílias políticas e a evidenciar a sua independência.

O pouco tempo ainda decorrido (três anos) não permite avaliar se se está perante uma mudança conjuntural ou estrutural ao nível do sistema político português.

Palavras-Chave: Portugal, sistema político, eleições, candidatos independentes, partidos políticos.

Abstract

The municipal elections of 2013 in Portugal and the success of several independent candidates raise a number of questions, including if there is a distinction between its policy and practice of institutionalized political parties and how they have adapted to the new reality. The aim with this research is to evaluate the influence of the success about 2013 independent candidates in Portuguese democracy, particularly in the party system and identify any changes resulting from this phenomenon. From an analysis of the behavior of "independent", of the main Portuguese political parties, the media, the evolution of the abstention rate in subsequent elections in the municipalities managed by independent, the civic participation in their municipal assemblies, as well as geography of his victories, sought to answer to the questions raised. The main conclusions go towards the local level does not notice itself a different way of doing politics, unless the debate is more focused on local issues and less on issues of ideological or national forum. Within partisan is noted that the parties felt, variously, competition from independents, with cases that was extended to supporters to participate in choosing the appropriate leader or giving them more importance and prominence in their applications to the Assembly Republic (2015). The same was true in the presidential elections (2016), with the candidates with party affiliation to express distance in relation to their political families and to show their independence. The short time still elapsed (three years) does not evaluate if this is a cyclical or structural change in terms of the Portuguese political system.

Keywords: Portugal, political system, elections, independent candidates, political parties.

Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Índice tabelas.....	xi
Índice de Gráficos.....	xii
Siglas utilizadas.....	xiii
Introdução.....	1
Metodologia.....	4
Estado da Arte.....	5
1 Enquadramento Teórico.....	7
1.1 Ciência Política.....	7
1.2 Cidadania.....	8
1.3 Democracia.....	8
1.4 Democracia Participativa.....	9
1.5 Movimentos de cidadãos.....	10
1.6 Representatividade das minorias.....	10
1.7 O Contrato social.....	11
2 Os partidos políticos em Portugal.....	13
3 O Poder Local em Portugal.....	21
4 Participação política.....	23
5 Lista de Candidaturas e as suas evoluções.....	25
6 Eleições autárquicas de 2013.....	30
6.1 Análise do Território Local.....	33
6.2 Análise territorial das candidaturas independentes vencedoras.....	35
6.3 Participação local dos cidadãos nos atos eleitorais.....	35
6.4 Partido Juntos pelo Povo.....	37
6.5 Porto, o nosso Partido.....	38
7 As transformações nos partidos políticos portugueses.....	41
8 O debate político nacional e Local.....	43
9 As alterações no campo das campanhas eleitorais, nas eleições legislativas de 2016 e nas presidenciais de 2016.....	48
10 A perceção da comunicação social a este fenómeno.....	50
11 A qualidade da democracia.....	51

Conclusões.....	55
Bibliografia.....	60
Anexos.....	66

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Número de filiados nos partidos políticos portugueses.....	19
Tabela 2 – Resultados eleitorais por distrito.....	30
Tabela 3 – Vitórias nas freguesias dos concelhos liderados por independentes	34
Tabela 4 – Taxas de abstenção nos municípios liderados por independentes.....	36
Tabela 5 – Participação dos cidadãos nas sessões de Assembleia Municipal, no período que as mesmas se abrem à participação dos munícipes, desde o início do seu mandato até ao final de 2015.....	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Resultados leitorais no Município do Porto nas autárquicas de 2013.....	39
Gráfico 2 – Satisfação com a democracia.....	51
Gráfico 3 – Confiança nos partidos políticos.....	52
Gráfico 4 – Trabalhou para um partido político ou movimento cívico.....	53
Gráfico 5 – Contacto com os políticos.....	53

Siglas utilizadas

BE – Bloco de Esquerda

CDS-PP – Centro Democrático Social-Partido Popular

GCI – Grupo de Cidadãos Eleitores

JPP- Juntos Pelo Povo

PCP – Partido Comunista Português

PEV – Partido Ecologista Os Verdes

POP – Portal de Opinião Pública

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

Introdução

Durante a nossa existência temos a esperança de encontrar sempre as melhores soluções ou de valorizar pontos e aspetos menos favorecidos na nossa envolvência. Deste modo, também a ciência política é movida por essa crença e ambição de procurar novas formas e melhores soluções para a comunidade através da política e de tudo que ela engloba, e é nessa ânsia que se procura contribuir para enriquecer e valorizar o estudo da democracia e do processo democrático do nosso país.

“A democracia sempre teve dois grupos de críticos: em primeiro lugar, aqueles que pensam que ela pode ser melhorada e, por isso, lhe dirigem críticas severas mas construtivas; em segundo lugar, aqueles que a pretendem «deslegitimar» e destruir para a substituir, quer por regimes supostamente mais democráticos, quer por regimes tidos por mais igualitários” (Pasquino, 2010: 386).

Temos durante estes últimos anos, discutido como melhorar a Democracia e como a transformar na forma mais correspondente da vontade e dos anseios da maioria dos eleitores. No entanto muitos fenómenos preocupantes acontecem em diversos contextos incluindo Portugal, dentro desta sociedade pluralmente democrática e europeísta, como a crise financeira, as discussões sobre imigrantes e a crescente expansão de movimentos de extrema-direita e antieuropeístas.

Martins (2003:31) realça a importância dos cidadãos para a ciência política: “o estudo das diversas formas através das quais os cidadãos se podem envolver na vida política e pública constitui, desde há muito, objeto de preocupação da Ciência Política”.

A política pode ser, de facto, analisada de diferentes formas, sendo frequente o recurso à teoria e filosofia política, apoiada por pensadores que contribuíram para a mesma durante séculos. Sendo assim, este estudo analisa o fenómeno das eleições de 2013 e a sua influência no sistema político português.

O aumento, valorização e sucesso de candidaturas independentes nas eleições autárquicas de 2013, com um forte impacto na comunicação social e na opinião pública, colocaram este fenómeno no centro das atenções da política em Portugal. Estas candidaturas representaram “algo novo” na democracia portuguesa, embora estas existam desde as primeiras eleições livres em todos os atos eleitorais para as

autárquicas, primeiramente só nas listas para as Assembleias de Freguesia, o órgão mais próximo do cidadão, e a partir das eleições autárquicas do ano de 2001 nas listas concorrentes a Câmara Municipal e Assembleia Municipal. Por esse motivo tornou-se pertinente estudá-lo e tentar perceber as suas causas e se estaremos perante um facto estrutural ou conjuntural.

A questão central que esta investigação coloca é “quais são as eventuais transformações que as Candidaturas Independentes às eleições autárquicas de 2013 trouxeram à democracia portuguesa?”. Esta é a questão nuclear para a qual se procura obter resposta. Outras questões subsidiárias se colocam para ajudar a construir a resposta à questão principal: Que eventuais transformações se verificaram nos partidos políticos tradicionais portugueses; a existência ou não de alterações no debate político local e nacional; se se registaram mudanças nas campanhas eleitorais subsequentes; qual a perceção da comunicação social a este assunto e se existiu uma evolução na qualidade da democracia em Portugal.

Para se procurar resposta a estas questões de base, o trabalho está estruturado da seguinte forma:

No capítulo 1 são apresentados os conceitos, de natureza teórica, que servem de base à análise desta temática. Concretamente, o campo de estudo que é a área científica da Ciência Política e, dentro desta, aspetos que se relacionam com a Cidadania, a Democracia, a vertente da Democracia Participativa, bem como os Movimentos de Cidadãos e a Representatividade das Minorias, para além do Contrato Social.

O segundo capítulo refere-se aos partidos políticos, incluindo a sua definição concetual, bem como as suas funções, passando por uma caracterização dos partidos políticos portugueses com maior representatividade no contexto autárquico e legislativo: Partido Socialista; Partido Social Democrata; Partido Comunista Português, Centro Democrático Social-Partido Popular e Bloco de Esquerda.

O terceiro capítulo centra-se no poder local em Portugal, abordando quer a sua definição como as suas áreas de intervenção.

O quarto capítulo refere-se ao tema da participação política, sendo este considerado um fator fundamental para o desenvolvimento de candidaturas independentes dos partidos.

O quinto capítulo analisa a temática das Listas de Candidaturas Independentes bem como a sua evolução, desde a sua definição legal ao seu desenvolvimento prático,

equacionando-se as suas vantagens e desvantagens face aos partidos políticos tradicionais, sendo eles o seu principal concorrente.

O capítulo sexto incide nas eleições autárquicas de 2013, desde o contexto em que decorreram, passando pela análise aos resultados eleitorais dos “Independentes”, designadamente nos concelhos onde as suas candidaturas obtiveram vencimento, bem como quanto à sua geografia no contexto nacional. São também analisadas as taxas de abstenção verificadas nesses locais e é efetuada a caracterização de dois movimentos independentes: o “Porto, o nosso Partido” liderado por Rui Moreira, no município do Porto; e o “Juntos pelo Povo” que se viria a transformar em partido político concorrente às eleições legislativas de 2015.

O capítulo seguinte analisa as transformações que se registaram nos partidos políticos portugueses e que são consideradas uma consequência dos bons resultados obtidos pelos “Independentes”, nomeadamente as alterações verificadas no Partido Socialista, desde a escolha do seu líder, alargada aos simpatizantes, sem filiação partidária, até à elaboração das suas listas às legislativas, com “independentes” a encabeça-las, ou em lugar de destaque, nalguns círculos eleitorais, passando pela inclusão de vários independentes no governo de António Costa.

O oitavo capítulo incide sobre a temática do debate político local e nacional, procurando-se vislumbrar a eventual influência do fenómeno dos Independentes no seu conteúdo e prioridades.

Já o nono capítulo é dedicado à análise da evolução das campanhas eleitorais subsequentes, notando-se o maior envolvimento de independentes, no caso das legislativas de 2015, e um maior distanciamento dos candidatos com filiação partidária relativamente aos seus partidos nas eleições presidenciais de 2016 (concretamente Marcelo Rebelo de Sousa e Maria de Belém Roseira).

No décimo capítulo procura-se captar a perceção da comunicação social à evolução descrita e, no último, tenta-se avaliar se houve uma evolução da qualidade de democracia em Portugal, em consequência da maior participação, com sucesso, dos grupos de independentes na política ativa municipal.

As conclusões referem as limitações com que esta investigação se confrontou e que poderão ser colmatadas em futuros estudos, e as respostas que se encontraram para a questão de partida: “Candidaturas Independentes em 2013: o que mudou na democracia portuguesa?”.

Metodologia

Esta investigação tem o intuito de analisar se o bom resultado alcançado por candidaturas independentes nas eleições autárquicas de 2013 influenciaram o sistema político português, e designadamente o sistema partidário, e se isso teve reflexo nos atos eleitorais subsequentes (legislativas de 2015 e presidenciais de 2016), tanto no plano das candidaturas (as legislativas restritas aos partidos, mas com possibilidade de incluir independentes) como da campanha eleitoral. Deste modo, o objetivo central deste trabalho é procurar resposta(s) à questão: “Quais são as eventuais transformações que as Candidaturas Independentes às eleições autárquicas de 2013 trouxeram à democracia portuguesa?”

Sendo assim, procura-se analisar:

- I. As transformações a nível interno e/ou externo nas estruturas dos partidos políticos portugueses com expressão autárquica e legislativa;
- II. A possibilidade de novas temáticas dentro do debate político nacional e local, como consequência do sucesso das candidaturas independentes;
- III. Eventuais alterações nas campanhas eleitorais subsequentes, relativamente ao tipo de mensagem e à forma de a transmitir;
- IV. A perceção da comunicação social a este fenómeno;
- V. Uma eventual evolução na qualidade da democracia em Portugal.

Para elaborar esta investigação recorreremos a fontes primárias e secundárias, concretamente a documentos e dados oficiais e a bibliografia relevante para a temática. Na componente teórica procuramos basear-nos em obras de referência no domínio desta área científica, enquanto na componente prática nos servimos de fontes com dados quantitativos credíveis para a sua análise, bem como a artigos.

A metodologia utilizada é fundamentalmente interpretativa e qualitativa, baseada na leitura política dos resultados eleitorais das candidaturas independentes nas eleições autárquicas de 2013, bem como do eventual impacto deste fenómeno nos atos eleitorais subsequentes.

Os conceitos teóricos desta investigação são analisados com base em obras editadas consideradas pertinentes para a temática (capítulos 1, 2, 3 e 4). No caso da caracterização dos principais partidos políticos portugueses (capítulo 2) e da avaliação das candidaturas independentes (capítulo 5), recorreremos também a artigos de imprensa.

A análise das eleições autárquicas é efetuada com base em dados do Portal do Eleitor e do Pordata, fontes que nos permitiam aceder aos resultados eleitorais das candidaturas e aos índices de abstenção eleitoral. Outras fontes consultadas incluem artigos de imprensa e páginas na Internet de candidaturas.

Os capítulos seguintes são analisados através da consulta de atas de Assembleias Municipais onde os independentes triunfaram, bem como de artigos de imprensa e outra bibliografia relativa à temática.

O capítulo relativo à qualidade da democracia é analisado com base em dados do Portal de Opinião Pública.

A Constituição Portuguesa é uma fonte transversal a diversos pontos desta análise, dado tratar-se da lei fundamental do País e que, como tal, condiciona todo o funcionamento do sistema político.

Dada a atualidade do tema dissecado, são ainda escassos os estudos publicados, daí os artigos encontrados na comunicação social serem uma fonte fundamental para esta investigação.

Estado da Arte

Em termos de literatura claramente específica sobre esta temática encontramos uma série de autores portugueses entre os demais, Marco Lisi, José Filipe Pinto, André Freire como também Manuel Meirinho Martins. Nesta temática temos como grandes referências meirinho que realizou investigações em 1976 e 1997, antes da sua obra mais ampla *Participação Política e Democracia – o caso Português (1976-2000)*.

Na sua obra, apesar de falar da generalidade dos candidatos independentes este concentra-se sobretudo num estudo exaustivo deste tipo de candidaturas nas freguesias, apresentando conclusões pertinentes como o crescimento da participação nessas localidades, a eficácia destas candidaturas onde 63% obtiveram a vitória, o carácter temporário destas candidaturas que só se apresentam para aquele ato eleitoral e depois a maior parte deixa de existir, sendo que a maioria defende que a principal razão foi a resolução dos problemas da comunidade e a diminuição da abstenção, onde a maior parte enquadra-se na participação política e, por último a existência de um número significativo de candidatos de origem não genuinamente independentes.

A obra mais recente disponível foi elaborada por José Filipe Pinto, “o Poder em Portugal- Partidos e cidadãos: espaço para dois?” Publicado em fevereiro de 2015, onde

ele se debruça sobre os grupos de cidadãos desde o 25 de abril com dados numéricos, num estudo muito pormenorizado sobre esta temática. Esta obra apresenta uma análise incidente sobre todo este processo, como um capítulo onde se apresentam os desafios futuros que são evidenciados como consequência deste fenómeno.

Quanto a André Freire, tem também contribuído para o estudo desta temática, através de publicações de obras como de artigos na imprensa nacional.

1 Enquadramento Teórico

1.1 Ciência Política

O conceito de Ciência Política têm evoluído ao longo dos anos, sendo que um dos mais utilizados é a “arte de governar”, sendo que esta definição também é usada para descrever o que é a própria política.

Diversos autores incidem na temática da ciência política apresentando ideias próprias para defini-la como Marcel Prélot, Max Weber, Maurice Duverger, Raymond Aron e Adriano Moreira.

Carvalho (2010: 15) cita Freitas do Amaral no que respeita à definição de ciência política:

“a Ciência Política poderá ser definida, sinteticamente, como o estudo científico da política ou como a disciplina que estuda os problemas do poder na actualidade, através da observação dos factos e da sua explicação racional mediante conceitos”.

Se recorrermos a um dicionário da língua portuguesa, a ciência política é definida como parte integrante das ciências sociais, sendo que dedica-se a um estudo relativo a teorias e práticas políticas, mas se a pesquisa centrar-se somente na palavra política apresenta-se definições como a “ciência do governo das nações” ou como a “arte de regular as relações de um Estado com os outros Estados”.

Desde os tempos da Grécia Antiga que existem registos do estudo desta área, onde Aristóteles, se tornou na primeira e principal referência dessa época, com estudo sobre a governação da polis. Desde Aristóteles, o desenvolvimento dos estudos políticos foi crescendo ao longo dos séculos, passando por contribuições de Cícero, Maquiavel (O Príncipe, de 1513), Jean Bodin (República, de 1576), Montesquieu e ainda mais tarde John Locke (1690) e Jean-Jacques Rousseau (O Contrato Social, de 1761). A partir do século 19 outros filósofos contribuíram também para esta temática com o exemplo Alexis de Tocqueville ou Karl Marx.

Em Portugal o estudo sobre a Ciência Política, teve muitos avanços e recuos face ao seu desenvolvimento entre os estudos de 1772 (reforma pombalina) até ao século 20, sendo que anteriormente à revolução do 25 de abril, o nome mais conhecido desse estudo no nosso país era o Professor Marcello Caetano, Só depois da revolução é que o

estudo desta área se desenvolveu, levando ao aparecimento de mais nomes relevantes no estudo desta área. Nos últimos anos, nomes como, André Freire ou Manuel Meirinho Martins, entre outros, têm-se debruçado no estudo da ciência política e do fenómeno democrático em Portugal.

1.2 Cidadania

A cidadania é um objeto de estudo para a ciência política aliada à expansão da democracia e dos seus processos democráticos, sendo que se registou o aparecimento e desenvolvimento dos direitos de cidadania, como os direitos civis, os políticos e os sociais (Marsall, 1950 *cit. in* Porta, 2003).

“Nas sociedades modernas, o conceito de cidadania surge a partir da ideia de que os indivíduos são membros da comunidade política e, como tal, têm capacidades, em termos legais, para participar no exercício do poder político (...)”(Mozzicafredo, 1997: 179), aliás, todo este processo de movimentos de candidatura independentes estão muitos deles associados a organizações de cidadania ativa local.

Caminhamos, cada vez mais, para o alargamento e implementação políticas de reforço de cidadania, onde esta merece cada vez mais lugar de destaque, através dos mais variados mecanismos existentes como o Poder Local, uma vez que, apenas com uma verdadeira cidadania conseguimos uma melhor democracia para todos.

1.3 Democracia

Quando analisamos o conceito de democracia encontramos na literatura várias definições:

- “a definição da democracia como livre escolha, a intervalos regulares, dos governantes delimita claramente o mecanismo institucional sem o qual a democracia não existe” (Touraine, 1994: 42);

- “(...) democracia é, no mínimo, um arranjo institucional em que aqueles que decidem (seja num governo ou num parlamento) ganham essa legitimidade numa luta competitiva pelo voto popular” (Pereira, 2012: 63);

- “A democracia é, portanto, um método pacífico de escolher e substituir quem governa” (Ibidem). “A democracia é o poder pelo povo, do povo e para o povo” (Porta, 2003: 50).

Existem oito condições necessárias para uma plena democracia e um adequado funcionamento do processo democrático (Porta, 2003: 51):

- I. Liberdade de constituir organizações e aderir as mesmas;
- II. Liberdade de expressão;
- III. Direito de voto;
- IV. Direito de competir pelo apoio e pelos votos;
- V. Elegibilidade dos cargos políticos;
- VI. Fontes de informação alternativas;
- VII. Eleições livres e corretas;
- VIII. Instituições que tornem o governo dependente do voto e das outras formas de expressão de preferências políticas.

Por fim, com o passar dos anos, foram introduzidos dentro daquilo que podemos considerar por um regime democrático, várias formas de o executar, desde sistemas eleitorais, os sistemas de governo ou de partidos sempre com o intuito de fortalecer o poder e dar a maior relevância e influência que o cidadão deposita no seu voto a quando da escolha política para a governação do seu território. No fundo a democracia é um regime sempre em evolução.

1.4 Democracia Participativa

“Uma democracia sem a componente participativa é, sem dúvida, uma democracia mais pobre” (Lisi, 2011: 258) com isso a democracia participativa criou mecanismos que aproximam e tentam refletir as vontades dos cidadãos, onde os mesmos têm a possibilidade de participar nas decisões políticas de determinada comunidade. Este tipo de democracia surgiu no século 20 como resposta aos desafios que a democracia representativa já tinha dificuldade em dar resposta e ao afastamento dos cidadãos da democracia.

Podemos encontrar exemplos deste tipo de participação aquando da realização de referendos, de consultas populares, de participação em reuniões ou assembleias municipais, em sugestões, ou nos orçamentos participativos, algo já muito aplicado em muitos municípios portugueses.

1.5 Movimentos de cidadãos

Os movimentos de cidadãos estão, de acordo com a classificação de Stanislaw Ehrlich, dentro dos Grupos não económicos – Associações com objetivos políticos mas não dependendo de um partido (Fernandes, 2008: 181). Eles apresentam cada vez mais uma mais-valia no contexto democrático e de representação dos cidadãos, sendo eles que muitas vezes colocam na agenda política, quer por intervenção direta como petições, manifestações e pressões através da comunicação social ou por via indireta através de reuniões com as lideranças dos partidos políticos. Por isso, “(...) tomando como referência Alexis de Tocqueville (...) todos compreendiam, embora lhe pudessem dar maior ou menor valor, que a participação associativa melhorava a educação cívica dos cidadãos envolvidos e, por essa via, a própria vida cívica da comunidade política.” (Freire, 2009: 120).

Em Portugal estes movimentos de cidadãos começaram a ter mais importância e visibilidade a quando dos referendos do aborto e da regionalização.

“Vários grupos de interesses, localmente designados por «movimentos de cidadãos», ou «movimentos cívicos», emergiram no contexto dos dois referendos portugueses, quer a favor, quer contra cada uma das propostas submetidas a consulta popular. Nunca antes tinha sido permitido a este tipo de movimentos ter um papel tão ativo nos processos eleitorais portugueses” (Freire, 2001).

Refira-se também que apesar de este ser o momento em que os movimentos de cidadãos tiveram a maior expressão no contexto da democracia portuguesa, a maior parte deles estavam ligados e eram compostos por figuras dos partidos políticos mais importantes da altura.

1.6 Representatividade das minorias

Relativamente à relação entre grupos minoritários e listas de Grupos de Cidadãos Independentes (GCI), verificamos que os GCI não representam grupos de minorias existentes nesses territórios. Quando analisamos a literatura, as informações vão no sentido de que Portugal é um território bastante homogéneo e com pouca

expressão de minorias: “(...) não tem minorias significativas, seja do ponto de vista étnico, religioso ou linguístico” (Freire, 2013: 219).

Em termos de desigualdades relevantes Freire (2013) aponta-nos sobretudo para as desigualdades socioeconómicas que têm valores bastante preocupantes em Portugal. Por isso, afirmações que possam induzir para este tipo de explicação para o fenómeno da existência de uma relação entre minorias e candidatos independentes só têm correspondência em termos de minoria política (defesa de uma ideologia própria), ou seja, minoria em termos de defesa de algo ou uma ideia dentro da sociedade, porque em termos étnicos, linguísticos e religiosos não se encontra uma correspondência visível.

Analisando as últimas eleições, enquadradas num contexto anterior à reforma administrativa das freguesias, pode ter existido ao nível das freguesias o aparecimento de listas com a justificação de defesa das próprias freguesias mas, no entanto, é um acontecimento circunstancial e é difícil de obter uma certeza relativa a este evento.

1.7 O Contrato Social

O Contrato Social é uma referência no estudo da Ciência Política e de todo o processo democrático existente atualmente, sendo tão enraizado entre os cidadãos e o Estado que muitos dos cidadãos não têm uma noção clara deste contrato existente. Este contrato social é um elo de ligação muito antigo entre o cidadão e o governo, no entanto encontra-se atualmente sobre uma certa crise entre os membros, como o cidadão que encontra-se em descrença sobre as premissas que durante anos foram acrescentadas a este “contrato”.

Segundo a obra de Rosseau, o Contrato Social apresenta todo o processo em que foi construída a relação entre o Estado e o cidadão e como nos apresenta o assentar da igualdade entre todos os cidadãos: “O pacto social estabelece entre os cidadãos uma tal igualdade de direito que eles comprometem-se todos nas mesmas condições e devem beneficiar todos das mesmas vantagens” (Rosseau, 2012: 96).

Claro que ao analisarmos “(...) o contrato social entre os cidadãos e o Estado a parte mais fraca somos todos nós, cidadãos. O Estado dispõe do monopólio da força e da violência, da possibilidade de cobrar impostos, de regular inúmeras das nossas atividades” (Pereira, 2012: 108). Mas mesmo assim os cidadãos necessitam deste contrato para serem contemplados os seus direitos, liberdades e garantidas e assim não serem postos em causa de um momento para o outro por parte do Estado.

Este compromisso criou os alicerces fortes para as sociedades modernas e para as relações que atualmente temos com o Estado, sendo que quando o contrato começa a ser posto em causa dá-se a: “instabilidade democrática a situação em que um número significativo, e crescente, de cidadãos não aceita as regras que definem o jogo democrático ou considera que o contrato social implícito que estabeleceu com o «Estado» está a ser violado” (Pereira, 2012 :63).

Todas as quebras dos pontos acordados no contrato por elementos do Estado levantam a seguinte interrogação:

“a questão está, antes, na reformulação dos processos que introduzem efeitos disfuncionais no regime democrático e no aperfeiçoamento dos mecanismos de representação política e de exercício do poder político da cidadania, a fim de diminuir a distância entre as razões da lógica política e institucional e as escolhas dos cidadãos. O que está em causa é a reformulação do contrato social entre os cidadãos, no contexto do regime democrático e da ação de regulação do Estado-Providência” (Mozzicafredo, 1997: 207).

Ao longo destes últimos tempos, podemos afirmar que umas das consequências destas distâncias entre estes dois elementos, levam cada vez mais a um afastamento dos cidadãos da política e do Estado.

2. Os Partidos Políticos em Portugal

Apesar de este estudo se centrar sobretudo nos candidatos independentes, não se pode deixar de valorizar o papel que os partidos políticos têm no panorama nacional. Com isso é essencial uma análise sobre os partidos políticos portugueses, para um enquadramento das candidaturas independentes, porque muitas destas últimas derivam ou são compostas por ex-militantes dos partidos políticos e também são estes que dominam o panorama eleitoral português, sendo que esta análise têm um início temporal a partir da revolução do 25 de Abril, porque foi a partir deste evento que foi permitido a existência de Partidos Políticos livres e implantada uma democracia.

“Apenas após o golpe militar do 25 de Abril de 1974, com a deposição do regime autoritário e, sobretudo, com a instituição de eleições regulares, livres e justas para os diferentes órgãos do poder político (Assembleia da República, Presidência da República, Autarquias Locais, Regiões Autónomas e, desde 1987, para o Parlamento Europeu) é que Portugal entrou efetivamente no “clube” dos países democráticos, inaugurando aliás a denominada “terceira vaga” de democratização à escala mundial” (Freire, 2013: 170).

Primeiramente, ao analisar os Partidos Políticos, deve-se referir o seu cerne, sendo estes: “organizações sociais voluntárias, com carácter de permanência e duração razoável, que lutam pela aquisição e exercício do Poder, através de meios legais e democráticos” (Fernandes, 2008: 187).

“Por partidos devem entender-se as associações baseadas numa adesão (formalmente) livre, constituídas com o objetivo de atribuir aos seus chefes uma posição de poder no seio de um grupo social e aos seus militantes ativos possibilidades (ideais ou materiais) para a consecução de fins objetivos ou de vantagens pessoais, ou ambos juntos” (Max Weber *cit. in* Porta, 2003: 150).

“Os partidos são organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do Poder” (Moreira, 2009: 189) Pasquino apresenta também a definição apresentada por Sartori que nos diz que “um partido é qualquer grupo político identificado por uma designação oficial que se apresenta às eleições e é capaz de colocar, através de eleições

(livres ou não), candidatos em cargos públicos” (Pasquino, 2010: 180) e que “surtem como um elemento importante de «ponte» entre o Estado e a sociedade – seja dos governados para os governantes, uma dinâmica de baixo para cima, mas também de cima para baixo” (2007: 78).

Um dos problemas que se aponta atualmente aos partidos políticos é que “os líderes têm como fim último garantir a sobrevivência e a continuidade da organização e fazer com que possam ter sucesso eleitoral” (Lisi, 2011: 19).

Na discussão sobre as funções dos partidos considera-se que:

“podem ser distinguidas basicamente entre dois tipos: as funções representativas, por um lado, e as funções executivas, por outro. Relativamente às primeiras, regista-se a função de integração e de mobilização, a estruturação do voto e a articulação e agregação de interesses. Em relação às funções executivas, os partidos desempenham um papel essencial no recrutamento dos líderes e do pessoal político, na organização das instituições de governo e na elaboração das políticas públicas” (Bartolini & Mair *cit. in* Lisi, 2011: 20).

Citando Jalali, “a função principal dos partidos em democracia será assim a representação” (2007:78). Fernandes (2008: 191) recorre a Sanchez Agesta (1974) para definir também as funções dos partidos:

- I. Coordenar e simplificar os programas de Governo, fazendo-o, porém, com uma certa ambiguidade, para captar mais votos;
- II. Tornar-se um instrumento eficaz na promoção da ideologia que o inspira;
- III. Selecionar no seu seio os futuros governantes, caso saiam vitoriosos do plebiscito;
- IV. Organizar as eleições, mediante a apresentação e o apoio dos seus candidatos, segundo a tradição que vêm do século XIX;
- V. Uma vez no Poder, apoiar a sua maioria parlamentar e de Governo, integrado pelos seus partidários mais representativos;
- VI. Manter e reforçar a sua coesão interna, mediante a revitalização permanente dos seus quadros e a recolha de fundos necessários para todas as despesas ordinárias e extraordinárias.

No mesmo documento de Fernandes (2008: 191), apresenta também o contributo de Adriano Moreira (2009) em que ele defende que a função dos partidos que nasceram de um ambiente parlamentar-liberal é “concorrer para a expressão do sufrágio” apresentando-se de três formas: “ formar a opinião pública, propor candidatos à eleição e disciplinar as eleições”.

Na atualidade os partidos políticos são muito diferentes. Lisi (2011: 23) defende que os problemas que afetam os partidos contemporâneos são sobretudo o seu enfraquecimento na sua função de representatividade do cidadão:

“(…) os interesses e as exigências dos cidadãos são cada vez mais fragmentários, há um aumento de canais alternativos de representação, os indivíduos têm uma necessidade menor de estruturas de intermediação e, finalmente, cresce a insatisfação em relação aos partidos”.

Algo que podemos relacionar e ser um fator de favorecimento do aparecimento de candidatos independentes, é o que na teoria política faz referência a uma crise dos Partidos Políticos. Esta crise pode ser apresentada de diversas formas como nos refere Lisi (2011: 225) “(…) diminuição dos militantes, à redução das identidades partidárias, à fraca participação política ou ainda à crescente volatilidade eleitoral”. Quase todas estas manifestações que afetam as lideranças dos partidos políticos são fomentadoras do aparecimento dos independentes e aumenta a sua possibilidade de sucesso. Os eleitores afastam-se dos partidos e aproximam-se destes movimentos eleitorais, não podendo ser utilizada a justificação da crise existente, nem a existência de um discurso anti-partidário. Como nos diz Pinto:

“uma crise que exige uma reflexão profunda sobre o papel – numa asserção complexa – dos partidos nos regimes democráticos, uma vez que a identificação dos erros decorrentes do mau desempenho partidário não poderá levar à tendência ou populismo de uma cruzada – ainda que batizada de campanha para esbater a componente religiosa e recolocar a questão no âmbito político – contra os partidos” (2015: 140).

Analisando o sistema de partidos, concluímos que em Portugal existe um sistema multipartidário polarizado e com o poder a encontrar-se dividido por dois grandes partidos, PS e PSD. Alguns governos foram formados por coligações sendo que, atualmente, mesmo que só o PS ocupe todos os assentos no elenco governativo, o

mesmo é suportado por acordos parlamentares com os partidos à sua esquerda (BE, PCP e PEV), o que destruiu todas as teorias existentes de que o PS nunca iria conseguir se aliar à sua esquerda.

A Constituição da República Portuguesa consagra, no seu artigo 51, ponto 1, no âmbito das associações e partidos políticos, “a liberdade de associação compreende o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos e através deles concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político”.

Em Portugal, na atualidade, existem Vinte e um partidos políticos na listagem disponível no Tribunal Constitucional:

- Partido Comunista Português (inscrito em 1974)
- CDS – Partido Popular (inscrito em 1975)
- Partido Social Democrata (inscrito em 1975)
- Partido Socialista (inscrito em 1975)
- Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses (inscrito em 1975)
- Partido Popular Monárquico (inscrito em 1975)
- Partido Operário de Unidade Socialista (inscrito em 1979)
- Partido Ecologista “Os Verdes” (inscrito em 1982)
- Partido Nacional Renovador (inscrito em 1985)
- Partido da Terra (inscrito em 1993)
- Bloco de Esquerda (inscrito em 1999)
- Partido Liberal Democrata (inscrito em 2008)
- Partido Trabalhista Português (inscrito em 2009)
- Partido Cidadania e Democracia Cristã (inscrito em 2009)
- Pessoas Animais e Natureza (inscrito em 2011)
- Movimento Alternativa Socialista (inscrito em 2013)
- Livre/Tempo de Avançar (inscrito em 2014)
- Juntos pelo Povo (inscrito em 2015)
- Partido Democrático Republicano (inscrito em 2015)
- Nós, Cidadãos (inscrito em 2015)
- Partido Unido Dos Reformados e Pensionistas (inscrito em 2015)

Apesar de o número de partidos políticos oficialmente registados em Portugal ser elevado, apenas cinco desses partidos têm uma projeção legislativa e autárquica significativa.

O Partido Comunista Português (PCP) é o partido mais antigo em Portugal, sendo a sua criação datada de 6 de Março de 1921. É caracterizado por defender uma ideologia comunista, assente na defesa dos trabalhadores e do proletariado, com uma base de apoio significativa nos distritos de Beja, Évora, Setúbal e Lisboa, sendo que no norte do país a sua expressão é menos significativa. Apresenta também grande ligação aos sindicatos e organizações de defesa dos trabalhadores. O seu atual líder é Jerónimo de Sousa, sendo a sua principal figura o já falecido Álvaro Cunhal.

O Partido Socialista (PS) poder ser classificado como um partido interclassista, juntamente com o Partido Social Democrata, tendo sido em várias eleições legislativas partido de governo. É considerado no nosso contexto como um partido “*cath-all*”, devido quer aos seus resultados eleitorais por todo o país, como na abrangência de políticas que engloba na sua agenda política, onde o seu posicionamento ideológico cada vez mais se centra ao centro esquerda, sendo o seu líder e atual primeiro-ministro António Costa, mas tendo Mário Soares como principal referência histórica.

O Partido Social Democrata (PSD), e um partido que se encontra situado numa posição centro direita, que alterna no poder com o PS, sendo também definido como um partido “*catch-all*”, tendo uma grande base de apoio quer na zona norte e centro do país como nas zonas mais rurais. A sua posição ideologia permite-lhe chegar a consensos com o CDS para atos de governação como se verificou no governo de Pedro Passos Coelho.

O Partido Centro Democrático Social- Partido Popular C.D.S.-P.P., foi fundado a 19 de Julho de 1974. É o partido mais a direita destes últimos analisados, apesar que têm tido uma aproximação cada vez mais clara ao centro, mas que nunca desenvolveu uma base forte em termos territoriais, sendo forte em grupos específicos da sociedade, sendo a sua atual líder Assunção Cristas, tendo sido Paulo Portas o seu líder mais carismático. Embora não seja um partido com uma grande projeção eleitoral (o número de deputados chegou a ser tão reduzido que foi apelidado de partido do “táxi”) consegue através do seu posicionamento ideológico participar em coligações de governo com o PSD (até 2015 num governo liderado por Pedro Passos Coelho) e assim influenciar e deter algum poder na condução das políticas no País.

O Bloco de Esquerda insere-se num posicionamento de esquerda, sendo que em algumas posições aproxima-se das tomadas de posição defendidas pelo PCP, sendo que na questão da integração europeia, têm vindo a afastar-se das posições do PCP. O BE pode ser caracterizado como um partido que assenta na defesa de assuntos e áreas fraturantes da sociedade portuguesa, como a legalização do aborto, o casamento de pessoas do mesmo sexo, combate as desigualdades de género, e o racismo. A sua atual líder é Catarina Martins sendo o seu líder mais carismático Francisco Louça.

Em termos ideológicos, quer o PS, quer o PSD têm perdido muito o seu carácter inicial, tendo apresentado posições programáticas muito parecidas o que lança a dúvida ao eleitor das principais diferenças entre estes dois partidos, numa tentativa clara de se centrarem e absorverem o máximo de eleitores possíveis.

Em termos de posicionamento dos partidos, as novas clivagens, como as ambientais ou integração europeia, nota-se algumas diferenças, sendo que no aspeto ambiental, todos os partidos acabam por tentarem defender a posição de defesa do ambiente e do bem comum, não sendo assim tao uniforme na questão de integração europeia, onde claramente o PCP é contra esse processo e essa estrutura, defendendo que esse processo prejudica a soberania e os interesses nacionais.

Pode-se salientar o grande número de partidos políticos que apareceram em Portugal nestes últimos anos, o que pode levar a concluir que ou existe uma maior participação de cidadãos para debater questões políticas nacionais ou os cidadãos já não se sentem identificados com os partidos existentes e criam eles alternativas que consideram serem mais consentâneas com as suas vontades.

Este tipo de candidaturas independentes vem, de certa forma, rivalizar com uma das funções apontadas com maior relevância aos partidos políticos (estruturação do voto) (Lisi,2011: 21), passando a ser também eles meios de ligação aos eleitores.

Quando falamos de desconfiança dos eleitores face aos partidos políticos, Lisi (2011) apresenta uma série de exemplos para este maior distanciamento, como a sua representatividade, oligarquia dos seus dirigentes, fraca adesão, falta de renovação das elites, relações com os grupos de interesses, privilégios públicos, oportunismo, a falta de transparência do funcionamento e escolha de candidatos dos partidos entre outros fatores que têm ajudado cada vez mais este distanciamento, como também a um decréscimo da militância nos mesmos, sendo que atualmente, tendo como referência o ano de 2011, a tabela de Jalali (2007), o número de militantes do BE era de 8311 militantes, do PCP de 58928 militantes, no PS de 78152 militantes, no PSD de 153361 e

no CDS de 23345, o que torna mais evidente a distância entre o número de militantes nos principais partidos e o número de eleitores. (Jalali cit. *in* Lisi: 86). Recorrendo a um artigo do Jornal de Negócios (de 26 de abril de 2016), os dados que nos são apresentados são mais recentes, e assim é possível construir e apresentar a seguinte tabela:

Tabela 1 - Número de filiados nos partidos políticos portugueses

Partido	Militantes em 2007	Militantes em 2016	Aumento desde as legislativas
PS	78.152	155.000 (60.000 com cotas pagas)	2.300
PSD	153.361	117.757 (53.683 com cotas pagas)	4.000
BE	8.311	9.264 (não divulgado)	872
CDS-PP	23.345	36.384 (não divulgado)	1.337
PCP	58.928	62.611 (26.923 com cotas pagas)	não divulgado

Fonte: Elaborado pelo Próprio com recurso a dados recolhidos na literatura e no Jornal de negócios.

Contatamos que o BE foi o partido que maior número de militantes conquistou desde as últimas eleições legislativas (quase 10%), fruto da solução de governo encontrada para dirigir o governo do País. Um dado significativo, visto que se trata de um pequeno partido, e nota-se que nos últimos anos tinha uma curva descendente em termos de resultados eleitorais, aumentando o número de militantes desde as legislativas, em 872, passando a ter nos seus registos 9.264 militantes, uma subida relativamente aos dados anteriormente expostos relativamente a 2007. No PCP não

existe referência aos dados a entrada de novos militantes desde as legislativas, mas tem um total de militantes de 62.611, uma subida comparativamente a 2007. No PS as novas entradas situaram-se nas 2.300, com um número de militantes muito superior ao de 2007, podendo-se admitir que isso é fruto da introdução das primárias no partido abertas à participação de simpatizantes para a escolha do seu líder, passando a ser o partido com o maior número de militantes nas suas fileiras. No caso do PSD, as entradas situaram-se nas 4.000, sendo o único partido com assento parlamentar a descer o seu número de militantes comparativamente ao ano de 2007. Por fim, o CDS-PP registou 1.337 novos militantes, subindo também o seu número face a 2007.

Podemos concluir através da análise destes dados que mesmo num período de crise económica e social, e mesmo com o sucesso dos independentes, o número de militantes cresceu em todos os partidos, com a exceção do PSD, facto que podemos atribuir ao desgaste provocado pelo seu exercício governativo, entre 2011 e 2015. Embora, também se deva referir a grande diferença que existe no número de militantes com cotas pagas e o total contabilizado pelos partidos, não chegando, nos três partidos que são conhecidos os dados (PS, PSD e PCP) a metade do número total. Conclui-se, assim, que muitos, embora contabilizados como militantes, não têm, no entanto, uma participação ativa como militantes no partido.

3. Poder Local em Portugal

Esta análise do Poder Local tem como marco histórico inicial a revolução do 25 de Abril de 1974, onde “a Constituição de 1976 rompeu decididamente com o municipalismo corporativo e instituiu uma nova estrutura de poder político, o Poder Local” (Montalvo, 2003: 55), onde a organização do município passa a ser constituída por uma Assembleia municipal, o órgão deliberativo, pela Câmara Municipal como órgão executivo e um outro já extinto denominado por conselho municipal (consultivo).

O Poder Local, e principalmente nesta análise, as Câmaras Municipais, são importantes no nosso contexto democrático por dois motivos: a grande proximidade que têm com os eleitores, onde estes conseguem ver de perto a ação do poder político (algo que ao nível central é muito difícil de observar-se), e a sua relação com o órgão mais pequeno da nossa estrutura que são as Freguesias, em que são as Câmaras Municipais que fazem, na maior parte das vezes, a ligação entre estas e o poder central, sendo como um intermedio na pirâmide da estrutura do poder em Portugal (Governo Central, Governo Municipal, Governo Local).

Apresenta-se assim o artigo 253º - Autarquias Locais (Constituição da República Portuguesa):

- I. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.
- II. As autarquias locais são pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas.

Dentro deste conceito de autarquia, Neves (2004), apresenta quatro elementos que estão incorporados no mesmo conceito, que são o território, a população, os interesses comuns e os órgãos representativos. Dentro de todas as áreas, que são atribuídas aos municípios, encontramos entre outras:

- I. Equipamento rural e urbano,
- II. Energia,
- III. Transportes e comunicações,
- IV. Educação, património, cultura e ciência,
- V. Tempos livres e desporto,
- VI. Ação social,
- VII. Habituação,

- VIII. Proteção civil,
- IX. Ambiente e saneamento básico,
- X. Defesa do consumidor,
- XI. Promoção do desenvolvimento,
- XII. Ordenamento do território e urbanismo,
- XIII. Polícia municipal,
- XIV. Cooperação externa.

Perante todas estas áreas de abrangência dos municípios, o seu papel na condução de políticas públicas torna-se cada vez mais importante no contexto nacional, e com maior influência no dia-a-dia do cidadão, visto que a sua posição de maior proximidade com lhe permite um conhecimento mais direto dos problemas. Mesmo detendo finanças e patrimónios próprios, os municípios têm tentando junto do poder central obter uma maior autonomia financeira, para assim conseguirem ter maior liberdade orçamental e executar, de uma forma mais célere, os seus planos de atividades.

4. Participação Política

A participação política pode definir-se como “o envolvimento do indivíduo no sistema político a vários níveis de atividade, do desinteresse total à titularidade de um cargo político”(Rush *cit. in* Porta: 86). Outra definição para participação política é de Pasquino (2010: 74) que nos diz que:

“a participação política é o conjunto de ações e de comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares”.

Conforme consagra a Constituição da República Portuguesa:

“a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático, devendo a lei promover a igualdade no exercício dos direitos cívicos e políticos e a não discriminação em função do sexo no acesso a cargos políticos” (art.109º)

Analisando quer as formas de participação convencional como as não convencionais, não se encontra nenhuma que se possa enquadrar na origem dos candidatos independentes. Nas convencionais estão quase todas ligadas à envolvimento e participação em Partidos e as não-convencionais a fatores mais radicais.

Segundo Martins, estes grupos de cidadãos eleitores pertencem ao grupo e à definição encontrada dentro de participação política, realça também que eles são considerados como “agentes políticos”, passando a ser considerados em todo aquele contexto como agentes políticos que lutam efetivamente pela conquista do poder. Esta luta efetiva pela tomada do poder e pelos cargos eletivos é algo pouco comum nas várias definições de participação política que estão ao dispor do cidadão. Também refere que este tipo de candidaturas pode inserir-se recorrendo a definições anteriormente apresentadas por McClosky (1968), como elementos “amadores” da política, porque segundo Martins (2003: 34) os “amadores” intervêm de forma ocasional, mantendo uma relação secundária ou bastante distante da vida política”. Também considera que os GCI são “um valioso instrumento de combate à indiferença

cívica, de afirmação da cidadania, de devolução do poder aos cidadãos, de revitalização dos partidos, resultando numa democracia mais autêntica e mais participada” (2003: 36).

O autor considera que este tipo de candidaturas leva a uma democracia de qualidade, e que esta forma democrática pode levar os cidadãos a participarem e aí envolverem-se de uma forma mais ativa na solução dos problemas da comunidade, e com isso controlarem também o processo democrático local e na defesa de interesses das minorias.

5. Lista de Candidaturas e as suas evoluções

Recorrendo ao último Manual de Candidaturas de Grupos de Cidadãos Eleitores publicado pela Comissão Nacional de Eleições no ano de 2013, é no início do documento apresentado o conceito de grupo de cidadãos eleitores: “expressão legal usada para designar o conjunto de cidadãos a quem é concedida a possibilidade de candidatura direta e independente (sem intervenção dos partidos políticos) à eleição para os órgãos das autarquias locais”. Outras definições que podemos encontrar sobre os grupos de cidadãos eleitores são as seguintes: “trata-se, portanto, de cidadãos que decidem tomar parte ativa na vida pública tentando capturar a direção dos órgãos eletivos de âmbito local e assim influenciar de forma determinante o processo de tomada de decisão política (...)” (Martins, 1997: 29); ou “grupos de cidadãos organizados, sobretudo, de forma ocasional, por natureza estranhos ao modelo tradicional de organização partidária” (Martins, 1997: 28).

Aquando da implementação do sistema democrático em Portugal, a seguir à revolução do dia 25 de abril de 1974, com a aprovação da respetiva Constituição, a única possibilidade de apresentação de listas de candidatos independentes restringia-se às assembleias de freguesia. Por isso, muitas vezes, refere-se que este tipo de candidaturas só obteve uma maior expressão a partir das eleições autárquicas de 2001, devido à alteração e revisão da constituição e que permitiu a possibilidade deste tipo de candidaturas aos três órgãos do Poder Local: Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia. Desde aí, de eleições em eleições, o número de candidaturas e vitórias das mesmas aumentaram.

Durante vários anos foram propostas à Assembleia da República alterações que permitissem a possibilidade de candidaturas às camaras por parte dos GCI pelos mais variados partidos políticos, sem nunca chegar a um consenso, algo que aconteceu com a aprovação da Lei Orgânica 1/2001 ainda a tempo das eleições autárquicas desse mesmo ano.

Apesar de tornar-se bastante relevante o crescimento deste tipo de candidatura ao longo dos últimos sufrágios autárquicos, no âmbito geral, ainda é pouco significativo face às listas apresentadas pelos partidos. Martins (2003) defende que: “os grupos de cidadãos eleitores e os partidos, patente numa linha de argumentação que reconhece que aqueles grupos não se organizam nem se afirmam contra os partidos mas se complementam” (Martins,2003: 37), tentando assim alargar o leque de defesa de

interesses e de vontades de uma maior representatividade dos eleitores daquela área restrita. Também considera que este tipo de grupos pode ter origem unicamente em cidadãos que pretendem desenvolver outro tipo de participação política, achando que têm capacidades para o mesmo ou para antigos elementos de partidos políticos que pelas mais variadas razões se desalinham com o aparelho democrático nesse ato eleitoral.

O autor acrescenta, também, neste pensamento, um fenómeno chamado de “apolitismo tático” de Marcel Merle, que só resume numa ideologia que pretende destruir os partidos políticos instalados com valorização de uma intervenção mais significativa na democracia. Este tipo de candidaturas, têm como origem, frequentemente, movimentos cívicos, o que se verifica na tabela anexada no livro “Representação política” de André Freire (2009: 130), este tipo de organizações teve um decréscimo de pertença (2001 – 4,1% e em 2008 – 2,1%).

Estas candidaturas, apesar de numa primeira impressão serem-nos apresentadas como algo distante e diferente dos partidos políticos, têm semelhanças que, muitas vezes, não são percecionadas. As dinâmicas de agregação de interesses dentro da lógica eleitoral têm, muitas vezes, bastantes semelhanças visto que, muitos deles também tentam nos seus manifestos eleitorais agregar o maior número de interesses, mesmo as lógicas e estratégias de campanhas são, frequentemente parecidas com as utilizadas pelos partidos na tentativa de sucesso eleitoral.

As diferenças são mais visíveis e divulgadas para o eleitor como a inexistência de uma ideologia (todos têm uma ideologia, mas muitos deles, quando se candidatam desta forma afirmam não a ter), a flexibilidade de escolha dos elementos das suas listas, a facilidade de criar consensos ou coligações porque não estão ligados a uma ideologia ou estrutura superior e assim poderem aliar-se a quem acham mais parecido com as suas ideias e pensamentos, apesar que também a literatura nos aponta que têm existido mesmo dentro dos partidos uma crise de ideologia como refere Lisi (2011) “uma crescente indiferenciação ideológica dos Partidos”.

A falta de estruturas de apoio também são uma diferença e, sobretudo, a falta frequente daquele apoio “massivo” que os militantes dão às várias ações de campanha e que, diversas vezes, a ideia de ter mais gente a acompanhar determinada ação eleitoral pode influenciar eleitores indecisos, sendo um outro aspeto que se pode tornar essencial para justificar o sucesso deste tipo de candidaturas em certos municípios e o grau de notoriedade dentro da sociedade que os mesmos têm naquele território.

Uma das vantagens que podemos afirmar neste tipo de candidaturas face aos partidos políticos, é o facto de serem autónomos e não terem de se preocupar com as estruturas envolventes, e que no caso dos partidos políticos são sempre mais complexas, pois, mesmo estando centradas no aspeto local, têm muitas vezes de responder a diretrizes nacionais e a orientações políticas superiores.

Outra das vantagens é apresentada por Pinto (2015: 145) “maior legitimação não apenas dos eleitos, mas de todo o sistema político”, e de uma maior liberdade face aos aparelhos partidários, defendendo em primeiro lugar os cidadãos, como de uma maior escolha para os eleitores.

Outro aspeto que se pode realçar neste tipo de candidaturas é o seu maior aparecimento nos últimos anos deve-se sobretudo a isso e à capacidade de recursos de comunicação para as massas. Antigamente os partidos, mediante financiamentos que obtinham, através das suas bases e de outras formas, conseguiam ser os únicos a utilizar meios de comunicação de massas como a televisão, os jornais, cartas entre outras formas de marketing eleitoral para as suas propagandas e ações de campanha. Hoje, com as novas tecnologias e as redes sociais esses objetivos passaram a ser mais baratos e com fácil acessibilidade por parte de um simples cidadão, o que abre a porta ao desenvolvimento e divulgação de ideias de grupos “fora dos partidos”, sem estarem dependentes de um forte investimento financeiro, para além de transmitirem uma mensagem mais pessoal entre os candidatos e os eleitores. “ De facto, este tipo de instrumento permite alcançar o destinatário sem nenhuma intermediação, relevando também as suas preferências e aumentando a interatividade” (Lisi, 2011: 186).

O crescente desenvolvimento da “profissionalização” das campanhas eleitorais, com a substituição de pessoas que faziam parte da estrutura do partido, por vários especialistas em termos de marketing político, e o desenvolvimento destes profissionais, existindo em maior número em termos de oferta veio beneficiar as candidaturas independentes, porque se podem reforçar com estes profissionais, que têm muitas vezes mais competência e sabedoria que os elementos da estrutura dos partidos. Lisi refere este tipo de campanhas como sendo “campanhas pós-modernas”.

Outro ponto que favorece este tipo de candidaturas independentes em relação aos partidos, trata-se das origens dos mesmos. Quando analisamos a história dos partidos, Stein Rokkan, apresenta que a sua origem está ligada às clivagens que existiram durante séculos na sociedade, como a clivagem centro-periferia; a clivagem estado-igreja; a clivagem cidade e campo e a clivagem entre patrões-trabalhadores. Nos

dias de hoje já não se fazem sentir dessa forma, sendo substituídas por outro tipo de diferenças, o que faz perder força aos partidos que assentavam num desses tipos, abrindo espaço a novas formas de manifestação política, como também com o decréscimo do nível de identificação partidária. Como Calca cita Thomassen *et al.* (2005):

“há um decréscimo do nível de identificação partidária – esta teoria relaciona-se com o facto de que os cidadãos com maior nível de escolaridade não necessitarão da identificação partidária para formular as suas opiniões nem, daí advindo, para escolherem em quem votar.”

Um outro dos problemas que afeta os partidos é o crescente descrédito quer dos partidos políticos como dos seus elementos mais visíveis, no seio dos eleitores. Podemos verificar isso mesmo, com os cidadãos cada vez mais a demonstrarem um afastamento do seu sentido de voto nos partidos tradicionais, começando a votar em forças políticas diferentes, como nas “extremidades” ideológicas, como em candidatos populistas. No exemplo que podemos encontrar no município do Porto, o facto de ele já ter sido presidente da associação comercial do Porto, e já ter participado em programas televisivos desportivos em representação do maior clube da cidade ajudou a sua notoriedade.

Muitos eleitores são seduzidos a votar nas listas de independentes porque sentem que os *inputs* que transmitem aos partidos tradicionais não resultam nos *outputs* desejados, por isso tentam através destes representantes eleitos alcançar os seus objetivos.

A literatura aponta como principais entraves a elaboração deste tipo de candidaturas, a necessidade de reunir um número obrigatório de assinaturas, mediante o número de eleitores da localidade a que se candidatam, sendo que as mesmas têm de ser de residentes nessa mesma localidade; as dificuldades em termos de financiamento das mesmas, em que têm de ser somente de apoios privados, esperando atingir os mínimos para ser ressarcido pelo Estado e o pagamento da taxa de IVA a 23% entre outras, criam enormes desigualdades entre quem pondera candidatar-se por esta via e os partidos políticos já instalados.

Outros são conhecidos nas suas comunidades por antigas ligações a partidos, mas mesmo assim as pessoas acreditam neles, dado que neste caso os eleitores votam no candidato e não no partido.

Um outro ponto que vem valorizar e dar mais força a estas listas é a crescente personalização do voto nos candidatos e não no partido, valorizando assim aspetos como o conhecimento direto e o carisma, em vez de ideologia (Pasquino 2005: 50).

Mas existem outras vias de um cidadão português independente participar na democracia, como por exemplo: apresentar uma candidatura ao cargo de Presidente da República, integrar listas partidárias como independente quer nas eleições legislativas como também nas eleições autárquicas.

6. Eleições autárquicas de 2013

Numa análise sobre as eleições autárquicas de 2013 é importante salientar que as mesmas ocorreram num ambiente de grande instabilidade na sociedade portuguesa. O crescente descrédito, quer dos partidos políticos como da própria classe política, a situação de resgate financeiro que Portugal se encontrava com os cidadãos portugueses a depararem-se com medidas de austeridade, sacrifícios e elevados índices de desemprego, aliado a uma instabilidade das democracias europeias, com fenómenos de crescente populismo de partidos mais extremistas e anti europeístas, bem como o processo de reorganização administrativa das freguesias, podem ter influenciado o excelente resultado destas candidaturas nesse ano.

Nas eleições autárquicas de 2013, analisando distrito a distrito, foram apresentadas as seguintes candidaturas independentes, com os resultados que se apresentam:

Tabela 2 - Resultados eleitorais por distrito

Distrito	Nº Concelhos	Presença de 1 ou mais candidaturas Independentes	Candidaturas vitoriosas + eleita	Percentagem
Aveiro	19	4	1 (Em Anadia foi eleita como presidente Maria Cardoso, pelo Anadia Primeiro)	21%
Beja	14	3	-	21%
Braga	14	6	-	43%
Bragança	12	1	-	8%
Castelo Branco	11	5	-	45%
Coimbra	17	4	-	24%

Évora	14	5*	3 (Em Borba foi eleito como presidente António Anselmo pela Lista Unidos por Borba; Em Estremoz foi eleito como Presidente Luís Mourinha e em Redondo foi eleito Presidente António Recto pela Lista Movimento Independente ao concelho do Redondo)	36%
Faro	16	6	-	38%
Guarda	14	1	1 (Em Aguiar da Beira foi eleito como Presidente Joaquim Bonifácio pela Lista Unidos pela Nossa Terra)	7%
Leiria	16	4*	-	25%
Lisboa	16	4*	1 (Em Oeiras foi eleito como Presidente Paulo Vistas pela Lista Isaltino Oeiras mais a Frente)	25%

Portalegre	15	2	1 (Em Portalegre foi eleita como Presidente Maria Teixeira pela Lista Coligação Livre e Independente Por Portalegre)	13%
Porto	18	7	2 (Em Matosinhos foi eleito como Presidente Guilherme Pinto e no Porto foi eleito como Presidente Rui Moreira Pela Lista Porto o Nosso Partido)	39%
Santarém	21	10	-	48%
Setúbal	13	3	-	23%
Viana do Castelo	10	3	1 (Em Vila Nova de Cerveira foi eleito como Presidente João Nogueira Pela Lista Movimento Independente Pensar Cerveira)	30%
Vila Real	14	3	-	21%
Viseu	24	2	-	8%
Madeira	11	4	2 (Em Santa Cruz foi eleito como Presidente Filipe Sousa Pela Lista Juntos pelo Povo e em São Vicente foi eleito como Presidente José Garcês pela Lista Movimento Unidos Por	36%

São Vicente)

Acores	19	3	1 (Na Calheta foi eleito como Presidente Décio Pereira pela Lista Dar Vida ao Concelho)	16%
Total	308	80	13	Câmaras 26%
Nacional			conquistadas	

Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso a dados da CNE

* Concelho onde existiu mais de uma lista (Vila Viçosa; Marinha Grande; Nazaré; Sintra; Marco de Canaveses; Porto; Vila Nova de Gaia; Almeirim e Grândola).

Em termos globais este tipo de candidaturas obteve 6,89%, correspondente a 344531 votos e 112 eleitos para o órgão Câmara Municipal, um valor significativo dentro do resultado total nacional.

6.1 Análise ao território local

Nesta análise, os dados estudados serão o número de vitórias para as Assembleias de Freguesia de Listas de Candidatos Independentes, nos municípios onde triunfou uma Lista Independente e têm como objetivo saber se os Independentes obtiveram também sucesso nas eleições para as Assembleias de Freguesias desse município, e com isso beneficiar as candidaturas de independentes para a Câmara Municipal, visto que existem eleitores que votam da mesma forma para todos os órgãos autárquicos.

Tabela 3 - Vitórias nas freguesias dos concelhos liderados por independentes

Município	Número total de Freguesias	Freguesias onde obtiveram a vitória Independentes
Aguiar da Beira	10	6
Anadia	10	7
Borba	4	3
Calheta	5	1
Estremoz	9	4
Matosinhos	4	4
Oeiras	5	4
Portalegre	7	5
Porto	7	5
Redondo	2	2
Santa Cruz	5	5
São Vicente	3	3
V.N. Cerveira	11	5

Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso a dados do portal das eleições autárquicas de 2013 - <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/#%00>

De acordo com os dados apresentados, concluímos que na grande maioria dos concelhos onde a lista independente candidata à Câmara Municipal triunfou, também

houve um grande número de freguesias onde as candidaturas independentes triunfaram, o que demonstra que quando os independentes se organizam, apresentando um grande número de listas, conseguem obter melhores resultados e reforçam a posição de todo o movimento independente.

6.2 Análise territorial das candidaturas independentes vencedoras

Em termos de uma análise territorial, quer recorrendo aos dados da Tabela 1 em cima apresentada como a uma infografia de um mapa eleitoral das autárquicas de 2013 (Anexo n.1), retira-se a conclusão que não existe uma tendência territorial deste fenómeno no ano de 2013 e existiram casos de sucesso por todo o território nacional, sendo que podemos observar um caso interessante, a este nível, nos municípios de Estremoz, Redondo e Borba, todos limítrofes uns com os outros.

Em termos de justificações que podemos encontrar na literatura para a existência de candidatos independentes mediante a localização territorial, Martins (2003) apresenta duas teorias opostas sobre a relação territorial e candidatos independentes. Na primeira, Lester Milbrath (1977) que considera que o processo de participação ativa desenvolve-se mais facilmente nas cidades do que nas aldeias ou vilas, devido quer aos melhores meios de comunicação como à elevada interação social. Pelo contrário Sidney Verba e Norman Nie (1972) defendem que a participação é maior nas pequenas comunidades porque os cidadãos conhecem-se melhor uns aos outros e recorrendo aos dados apresentados não se pode escolher uma explicação, sendo desta forma uma justificação mista, isto é, uma forma “híbrida”.

Outro aspeto significativo é que a base eleitoral não influencia o sucesso deste tipo de candidaturas, porque como vemos nos municípios do Porto, Matosinhos e Oeiras, que têm muitos eleitores, ou no município da Calheta, com muito menos eleitores, ambos obtiveram a vitória eleitoral.

6.3 Participação local dos cidadãos nos atos eleitorais

Um outro dado explorado nesta análise são as taxas de abstenção quer entre as autárquicas de 2009 e de 2013 e também acrescentando as eleições legislativas de 2015 e as Presidenciais de 2016, nos municípios onde os candidatos independentes conseguiram o triunfo em 2013, apresentados na tabela seguinte:

TABELA 4 - Taxas de abstenção nos municípios liderados por independentes

Município	Autárquicas 2009	Autárquicas 2013	Legislativas 2015	Presidenciais 2016
Aguiar da Beira	34,7	34,2	51,7	57,3
Anadia	42,6	45,8	45,5	50,7
Borba	33,8	29,5	37,5	46,9
Calheta	30,3	30,7	54,3	62,7
Estremoz	32,6	39,9	42,5	50,0
Matosinhos	38,7	50,9	38,1	45,5
Oeiras	46,0	53,3	35,5	42,0
Portalegre	35,9	40,0	40,0	48,8
Porto	43,2	47,4	37,9	44,6
Redondo	37,8	41,2	44,3	55,7
Santa Cruz	41,1	42,5	47,5	51,1
São Vicente	44,0	43,1	56,0	57,8
V.N. Cerveira	30,0	31,2	46,4	52,2

Fonte: Elaborado pelo próprio

Com esta análise pretendeu-se perceber se existia uma tendência de maior abstenção, nesses municípios, e se existia uma relação se os mesmos fossem geridos por presidentes já eleitos como “independentes”.

Verificou-se que na comparação entre as eleições de 2009 e de 2013, só em três municípios (Aguiar da Beira, Borba e São Vicente) a taxa de abstenção baixou, mesmo não sendo valores significativas, nota-se, também, que em relação às eleições autárquicas de 2009 e as eleições legislativas de 2015, se verificou uma diminuição da abstenção, na sua maioria, nos municípios do litoral. Em relação às últimas eleições que existiram (Presidenciais), onde todos os candidatos são formalmente “independentes”, só num município a abstenção diminuiu em relação às autárquicas de 2009, que foi Oeiras, sendo que aumentou nos restantes doze municípios. Por fim, podemos concluir que na maioria dos municípios as taxas de abstenção foram sempre aumentando de ato em ato eleitoral (2009-2013-2015-2016). Pode-se com isto concluir que a existência de presidentes de camara eleitos por Independentes não fomentou a participação eleitoral nos referidos atos eleitorais, sendo que a abstenção aumentou sempre, como em 2009 (40,94%), 2013 (52,60%), 2016 (48,66) e 2015 (55,86%) de votantes.

Por fim, apresentarei dois casos de movimentos independentes, um que se desenvolveu e deu espaço a um novo partido político assente nas bases da cidadania (Juntos Pelo Povo) e, outro, o caso de Rui Moreira no Porto.

6.4 Partido Juntos Pelo Povo (JPP)

O Partido Juntos Pelo Povo (JPP) tornou-se, em fevereiro de 2015, no 21º partido político português e deriva de um movimento de cidadãos madeirense (origem no concelho de Santa Cruz, em abril de 2009) que obteve um determinado sucesso local, e que têm como bases de referência ideológicas os princípios da transparência, da resistência e da unidade. Apresentam-se como pretendendo:

“uma nova orientação – clara, construtiva e diferente – desenvolvendo meios e ações renovadoras que motivem a consciência cívica de intervenção. Deste modo, assume-se como um instrumento de diálogo político para o eleitorado português (...)” (Retirado do seu site <http://juntospelopovo.pt/>).

Este partido, nas últimas eleições legislativas apresentou listas de deputados nos seguintes círculos eleitorais, (entre parenteses o resultado obtido no mesmo): Lisboa (0.13%); Porto (0.13%); Madeira (6.93%); Setúbal (0.13%); Aveiro (0.12%); Bragança

(0.17%); Braga (0.13%); Viana Do Castelo (0.12%); Coimbra (0.12%); Guarda (0.10%); Leiria (0.16%); Beja (0.12%); Europa (0.21%) e Fora da Europa (0.36%).

Analisando os resultados finais nestas primeiras eleições legislativas em que concorreram, notamos que o seu eleitorado predominante ainda se encontra a um nível regional, denotando que foi na ilha da Madeira que este partido atingiu o seu melhor resultado com 6,93%, seguindo-se da lista de Fora de Europa e em terceiro melhor resultado na lista da Europa, onde uma das justificações possíveis é a influência dos emigrantes madeirenses.

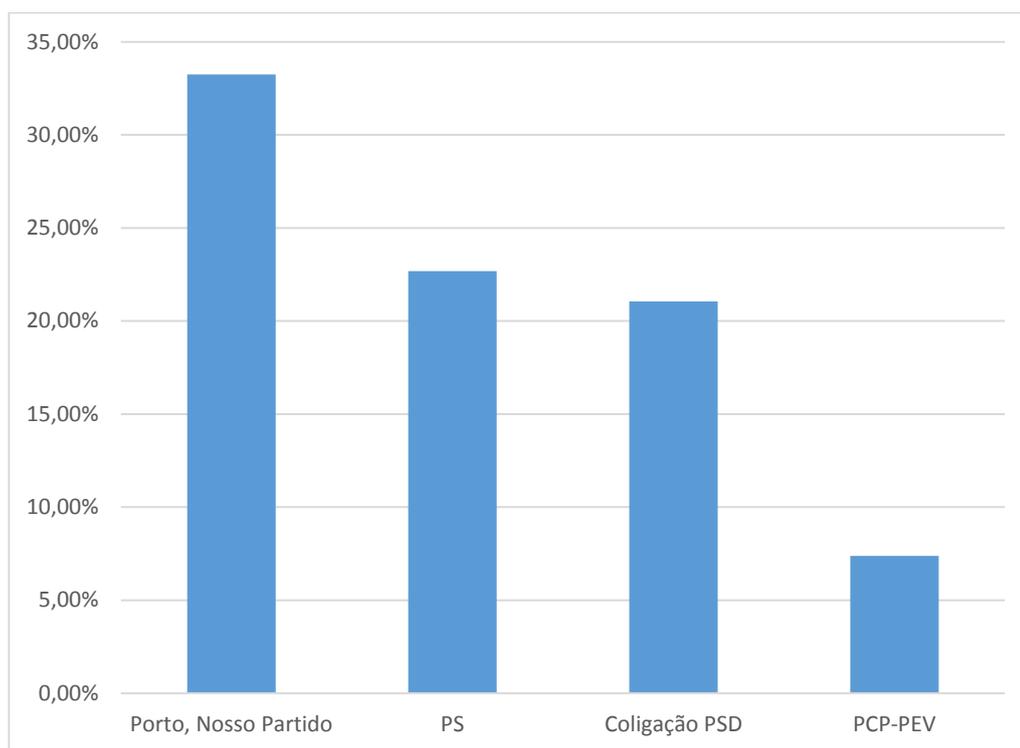
Haverá que esperar pelas próximas eleições, quer autárquicas quer legislativas, para se perceber se este partido continuará a manter o seu grau de influência no arquipélago da Madeira e a concorrer a nível nacional.

6.5 Porto, Nosso Partido

Rui Moreira foi sem dúvida quem obteve a vitória mais mediática de uma candidatura independente nas eleições autárquicas de 2013 ao conquistar a segunda maior cidade do país (Porto), tendo só o apoio do CDS-PP que não apresentou uma Lista própria. Podemos valorizar este facto mas também temos de antes referir que Rui Moreira já detinha dentro do eleitorado local um grande nível de notoriedade, o que ajuda a justificar, de certa forma, a sua vitória.

Com o lema de campanha “Porto, Nosso Partido”, e com isso transmitir a sua defesa do concelho face a outras listas concorrentes, ele conseguiu obter 39,25% (45.411 votos), tendo ficando em segundo lugar a Lista do Partido Socialista com 22,68% (26.237 votos), e em terceiro a Lista do PPD/PSD.PPM.MPT com 21,06% (24.366 votos) e em quarto o PCP-PEV com 7,38% (8.539 votos).

Gráfico 1 – Resultados eleitorais no Município do Porto nas autárquicas de 2013



Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso aos resultados eleitorais disponível no portal das eleições autárquicas de 2013 - <http://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/#%00>

Estes resultados determinaram a seguinte distribuição de mandatos 6 para a lista encabeçada por Rui Moreira, 3 para a Lista do PS, 3 para a Lista do PSD e um para a Lista do PCP-PEV. Face a estes resultados Rui Moreira não conseguiu diretamente a maioria absoluta para a Câmara Municipal do Porto, sendo que depois das eleições encetou negociações com o PS, partido que têm dado um apoio nas suas decisões executivas para o município.

A sua conquista abriu bastantes horizontes e esperança a muitos mais grupos de cidadãos independentes, introduzindo no debate político este novo fenómeno. No decurso do seu mandato houve situações que se podem considerar marcantes do seu caráter independente, afrontando posições do poder político instalado em S. Bento. Foi o caso da luta por uma melhor redistribuição fundos comunitários, como também na questão da Transportadora Aérea Portuguesa - e do seu processo de privatização parcial -, rejeitando um alegado enfraquecimento do Aeroporto Sá Carneiro, com prejuízo para o turismo do Porto e do Norte do País.

O aparente sucesso do seu mandato, avaliado pelos elogios públicos que tem recebido, leva a que já tenha anunciado publicamente a sua recandidatura, nas autárquicas de 2017. De acordo com declarações reproduzidas na comunicação social, é possível que dois dos principais partidos políticos portugueses - o PS e o CDS-PP – declarem o seu apoio à recandidatura de Rui Moreira que, entretanto, reafirmou manterá o seu estatuto de candidato independente dos partidos.

7. As transformações nos partidos políticos portugueses

Desde outubro de 2013, quando se realizaram as eleições autárquicas e se falou com maior incidência dos candidatos independentes, denotou-se algumas “curiosidades” nos partidos políticos portugueses que contém mais força eleitoral no país, como por exemplo na transformação da forma de eleição, através de primárias, do líder do PS.

Podemos considerar e recorrendo à justificação que encontramos em Lisi (2011) para a existência deste tipo de transformações nos partidos passam a encontrar-se na oposição como “Uma tentativa de consolidar o poder interno dos novos líderes e aumentar o consenso na opinião pública” (Lisi, 2011: 254), onde aliada a estas duas justificações, a possibilidade de todos os militantes e simpatizantes do PS terem a capacidade de influenciar e escolher o candidato para representar um partido nas eleições legislativas, foi uma forma de aproximar o líder do eleitorado e mostrar que pode existir uma ligação mais próxima entre as necessidades do eleitorado com esse mesmo líder.

Verifica-se a colocação de alguns independentes nas listas dos partidos, alguns até como cabeça de lista, algo que não ingénuo. Na verdade tudo o que os partidos fazem tem um objetivo, revelando-se claramente que foi uma mudança influenciada pelo ambiente externo dos partidos, porque os partidos modificam-se com o objetivo de ganharem mais votos e assim consolidar quer o seu estatuto, os seus cargos internos e a conquista do poder.

Neste caso específico da colocação destes independentes podemos apontar como sendo uma resposta a um desafio externo que foi o resultado geral das eleições autárquicas em que os independentes aparecem como a quinta força mais votada. No caso do Porto e do Partido Socialista (ao introduzir Alexandre Quintanilha e ao dar-lhe bastante destaque) foi uma tentativa de aproveitar o fenómeno regional que teve sucesso em 2013, com Rui Moreira. Outros cabeças de lista foram Tiago Brandão, por Viana do Castelo, Manuel Caldeira Cabral pelo círculo de Braga ou Helena Freiras Cabeça de lista por Coimbra, todos como Independentes.

A coligação PSD-CDS apresentou nas últimas eleições legislativas 3 candidatos independentes como cabeças de lista (Coimbra, Faro e Viana do Castelo).

O Partido Comunista Português não apresentou nenhum “independente” como cabeça de lista, enquanto o Bloco de Esquerda apresentou na Guarda, em Viseu e em Portalegre.

Se é verdade que alguns dos atuais “independentes” já tiveram filiação partidária, o inverso também acontece. Um exemplo desses é o da atual presidente da CDS-PP, Assunção Cristas que começou por tornar figura pública quando, enquanto independente, participou de forma ativa na campanha para o referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez (do lado dos defensores do “não”). A notoriedade alcançada levou a que o então líder do CDS-PP, Paulo Portas, a convidasse a integrar o partido e a fazer parte do Governo, acabando por o substituir na liderança dos centristas.

8. O debate político nacional e local

Para tentar responder a esta questão, analisou-se sobretudo a existência de algumas discussões na Assembleia da República e reuniões de Assembleia Municipal que, a partir das últimas eleições autárquicas, passaram a ser liderados por candidatos independentes.

Em termos das discussões em sede da Assembleia da República, nos últimos anos tem-se levantado a questão da possibilidade de existirem listas de cidadãos independentes para as eleições legislativas. Foram desenvolvidas discussões pertinentes sobre esta possibilidade com argumentos contra e a favor.

Nos termos do artigo 52, ponto 1 da Constituição da República Portuguesa:

“todos os cidadãos têm o direito de apresentar, individual ou coletivamente, aos órgãos de soberania, aos órgãos de governo próprio das regiões autónomas ou a quaisquer autoridades petições, representações, reclamações ou queixas para defesa dos seus direitos, da Constituição, das leis ou do interesse geral e, bem assim, o direito de serem informados, em prazo razoável, sobre o resultado da respetiva apreciação”.

Os deputados foram levados a discutir no Parlamento a questão das candidaturas Independentes por iniciativa do Movimento Independente para a Representatividade Eleitoral, que recolheu 6285 de assinaturas, o que fez com que o assunto fosse discutido em plenário da Assembleia da República. Em causa estava a alteração do Artigo 151 da Constituição Portuguesa, abrindo possibilidade de listas independentes nas eleições legislativas.

Uma das justificações que podemos encontrar para a recusa do Parlamento português em aprovar este tipo de “novos deputados” é que “em reformas eleitorais, os agentes políticos que promovem uma alteração às regras do jogo têm objetivos claramente definidos e esperam beneficiar eleitoralmente com as alterações propostas. Não existem propostas inocentes” (Fernandes,2015: 26). Uma outra justificação tem relação com a própria dinâmica dos partidos, que “enquanto organizações, instituições tendencialmente conservadoras que resistem às mudanças e se caracterizam por uma lógica de continuidade” (Lisi,2011: 248).

Por isso, dentro do contexto nacional, notamos claramente que os partidos muito dificilmente avançarão no futuro para este tipo de mudança na elegibilidade para

deputado no parlamento nacional. Recorrendo às justificações dadas pelos deputados aquando da análise desta petição, apresentam argumentos como transparência e responsabilidade dos partidos e todos os mecanismos de controlo a que os partidos estão sujeitos e que são difíceis de observar nas candidaturas independentes. Outra das justificações é já a possibilidade de existirem “independentes” nas listas partidárias para a Assembleia da República. O Bloco de Esquerda defendeu esta mudança, ao contrário do Partido Socialista, o Partido Comunista Português, do CDS e do Partido Social Democrata, que argumentaram com base na Constituição atual, como na complicação que isso poderia trazer para o processo democrático.

Outras justificações para esta recusa centram-se no perigo de populismo, na incerteza de posições tomadas pelos mesmos, e a um perigo de não se conseguir chegar nem a um Governo nem a uma maioria parlamentar que suporte o mesmo durante a sua legislatura.

A mudança poderá acontecer através de pressão externa, como movimentos cívicos, petições ou de um elevado sucesso deste tipo de candidatos. Conclui-se assim que “se o sistema vigente beneficiar os partidos de poder, estes não sentem necessidade de propor alterações” (Freire, 2009: 344).

De entre as vantagens que se podem apontar, “há quem faça questão de lembrar que um sistema mais universal será sempre um ganho ao nível da participação e esse dado se traduzirá numa maior legitimação não apenas dos eleitos, mas de todo o sistema político” (Pinto, 2015: 145) e “(...) a abertura permite um maior número de opções de escolha por parte do eleitorado” (ibidem).

Importa salientar que ao nível internacional, existem no contexto Europeu, países em que é permitido apresentar listas de candidaturas independentes ao poder central que são: Polónia, República Checa, Bulgária, Irlanda, Letónia, Dinamarca, Lituânia, Luxemburgo, França, Reino Unido, Finlândia, Roménia, Hungria e Estónia.

Não sabemos se uma alteração desta natureza ajudaria ou não a melhorar a nossa democracia mas quando analisamos os baixos índices de satisfação, quer sobre a democracia, como na avaliação que os portugueses fazem sobre a ligação que têm aos partidos e a sensação de que não têm capacidade de ser ouvidos e correspondidos quer pelos partidos como depois pelos deputados, faz pensar que todas as ideias têm de ser ponderadas e que alterações poderão vir a acontecer.

A análise do debate ao nível local foi efetuada sobre as atas das assembleias municipais. Foram também analisadas as áreas de atuação mais privilegiadas pelo

executivo (cultura: desporto; educação; investimentos), bem como a participação dos cidadãos nas Assembleias Municipais, no denominado período de intervenção do público. É de salientar a presença e o acesso destas atas nos sites dos respetivos municípios e em alguns casos acompanhados por um ficheiro áudio da respetiva sessão municipal dando assim sinal de uma maior transparência de todo o processo.

Em termos de debate político nas Assembleias Municipais desses concelhos, nota-se logo uma diferença entre debates levados a cabo por deputados em municípios do interior e municípios do litoral, dado que nos primeiros se levantam questões micro, enquanto nos segundos se debatem questão macro.

Outro aspeto sobre o debate político local, é que os deputados municipais eleitos por partidos políticos tendem a fazer bastantes referências à política nacional, e as posições que os seus partidos tomam no contexto de política nacional, utilizando muitas vezes “argumentos” de combate ideológico nas suas intervenções, enquanto os eleitos pelas listas independentes, tendem a realçar valores como a cidadania, liberdade e participação, como podemos analisar com maior clareza a quando das intervenções sobre, por exemplo, a data histórica do 25 de Abril de 1974.

As principais discussões prendem-se sobretudo em questões financeiras dos municípios, como do próprio ordenamento do território, onde esses assuntos são sempre bastaste discutidos, muitas vezes com veemência.

Tabela 5 - Participação dos cidadãos nas sessões de Assembleia Municipal, no período que as mesmas se abrem à participação dos munícipes, desde o início do seu mandato ate ao final de 2015.

Municípios	Nº de cidadãos que participaram nas Assembleias Municipais	Observações
Aguiar da Beira	Não há registo de nenhuma intervenção	13 atas

Anadia	10 Participações	15 atas sendo as intervenções sempre no final da sessão
Borba	10 Participações	15 atas sendo as intervenções no início da sessão
Calheta	2 Participações	13 atas sendo as intervenções sempre no final da sessão
Estremoz	Não há registo de participações	12 atas sendo as intervenções no início da sessão
Matosinhos	Não disponível	No Site só se encontram as Minutas das atas
Oeiras	87 Participações, sendo que a maior parte dessas registaram se em duas reuniões (12 e 18) intervenções sobre o PDM	Existiram 72 atas analisadas. Este período e maioritariamente no fim da sessão.
Portalegre	16 Participações	19 atas sendo as intervenções no início
Porto	Não disponível	No <i>site</i> só se encontram pequenos vídeos das sessões.
Redondo	18 Participações	12 atas sendo as intervenções no fim da sessão

Santa Cruz	3 Participações	12 atas Sendo as intervenções no fim *Só tem atas ate meio de 2015
São Vicente	2 Participações	14 atas sendo as intervenções no fim da sessão
Vila Nova da Cerveira	14 Participações	14 atas sendo as intervenções no fim da sessão.

Fonte: Atas das assembleias municipais

Em termos de participação cívica nos períodos destinados aos munícipes, e nos dados disponíveis para essa análise, não é bastante significativa.

De salientar que vários municípios, levam á prática Assembleias Municipais descentralizadas, numa clara tentativa de aproximar mais os cidadãos, que muitas são de localidades mais distantes, ou que têm maior dificuldade para poderem assistir e se pretenderem intervirem nas mesmas. Nesta análise só não foi possível dar informação referente a duas assembleias municipais por não se conseguir encontrar essa informação disponível. Importa também realçar que quando as reuniões são de carácter extraordinário não existe Período de Intervenção do Público, mas em algumas reuniões essa possibilidade é permitida. Algumas participações de cidadãos são feitas na condição de representantes quer de moradores como de organizações culturais locais. Interessante também referir que a Câmara de Vila Nova de Cerveira disponibiliza no seu site uma ficha para os cidadãos preencherem para entregarem na mesa quando quiser intervir na Assembleia.

Pode concluir-se então que mesmo sendo estes municípios liderados por movimentos de cidadania, não conseguem levar a que o cidadão intervenha, bem como a que o mesmo participe na vida política local de uma forma ativa como são as participações nas Assembleias Municipais, espaços de debate e de exposição de problemas e de orientações estratégicas para a comunidade.

9. As alterações no campo das campanhas eleitorais, nas eleições Legislativas de 2015 e nas eleições Presidenciais de 2016

Não se verificou uma diferença no tipo de campanha eleitoral efetuada pelos partidos, mas sim, na valorização de quem se candidata nessa posição. Esta análise foi efetuada a partir das campanhas dos partidos através dos meios de comunicação e pelas ações que desenvolveram.

Os candidatos independentes encontram-se dependentes das suas capacidades económicas, embora tentem seguir em termos de lógica de campanha, muitas das estratégias utilizadas pelos partidos políticos: “material de propaganda, comunicação direta, encontros públicos e os três meios de comunicação de massas (televisão, imprensa e rádio)” (Lisi, 2011: 185) juntando-lhe a isto as novas tecnologias. São estes candidatos que durante as campanhas mais valorizam e trazem as vantagens deste tipo de candidatura para a discussão pública.

Ao analisar as campanhas eleitorais das eleições legislativas de 4 de Outubro de 2015 e das eleições presidenciais de 24 de Janeiro de 2016, encontra-se alguns pormenores pertinentes para esta investigação.

Na campanha das eleições legislativas, não é fácil perceber através da comunicação social e das ações de campanha levadas a cabo pelos principais partidos alterações influenciadas por esse fenómeno. Sendo eleições bastante políticas, com uma agenda carregada e com assuntos a ser debatidos em plena campanha, e onde não é permitida a existência de candidaturas independentes não se sentiu uma atenção especial a este fenómeno.

No caso das eleições presidenciais de janeiro de 2016, o primeiro ponto que analisamos é o elevado número de candidatos a estas eleições que podemos considerar independentes. Outro aspeto é alguns candidatos darem ênfase ao seu estatuto de “independentes” (caso de Sampaio da Nóvoa). Por exemplo, o candidato Marcelo Rebelo de Sousa, que obteve a vitória e se tornou Presidente da República, fazia referência muitas vezes, durante a sua campanha, ao seu carácter independente e o seu afastamento do partido político que sempre fez parte e de que outrora foi presidente (Partido Social Democrata) e de as suas figuras mais relevantes não terem participação na campanha, com as máquinas partidárias. Este facto, uma vez eleito, conferiu-lhe uma maior liberdade que logo se notou nas suas escolhas para o Conselho de Estado (Eduardo Lourenço e António Guterres, por exemplo).

No caso de outros candidatos que podemos analisar, Sampaio da Nóvoa, apesar de também fazer bastante referência ao seu carácter independente e vir de fora do mundo da política tinha muitas vezes a presença de figuras de proa de altos cargos do PS. Maria de Belém, também seguiu essa lógica, mas também tinha apoio por parte de militantes mais antigos do PS (apesar do próprio partido não ter dado uma orientação de voto clara aos seus militantes e apoiantes). Marisa Matias era claramente apoiada pela máquina e estrutura do BE e Edgar Silva pelo PCP.

Os outros candidatos, mesmo tendo alguns tido no passo ligações a partidos políticos, eram considerados como independentes, não obtiveram resultados significativos, sendo neste grupo a maior supressa a de Vitorino Silva que obteve 3,28% (que podemos enquadrar principalmente numa demonstração de voto de protesto)

No âmbito das campanhas eleitorais, um dos fatores que tem favorecido as candidaturas ditas independentes é a crescente personalização da vida política, em prejuízo das ideologias, normalmente personificadas nos partidos políticos. Com efeito, “na maioria dos países europeus houve um reforço dos poderes dos líderes, que conseguiram ganhar maior autonomia e assumiram um papel central na comunicação com os eleitos (Webb e Poguntke, 2005)” (Lisi, 2011: 170). Como consequência, passou a valorizar-se a disputa candidato versus candidato, em vez do confronto candidato versus partido. Os independentes saem mais beneficiados num confronto personalizado do que se tiverem de se bater contra um partido que beneficia do apoio de toda uma estrutura política organizada e até profissionalizada.

10. A percepção da comunicação social a este fenómeno

A comunicação social tem nas sociedades modernas um papel bastante importante quer para informar e influenciar a opinião pública, quer nas exigências que pode provocar nos cidadãos face ao sistema político.

A comunicação social portuguesa, não têm falado muito destes candidatos, com a exceção do presidente da Câmara Municipal do Porto. Durante a campanha eleitoral foram muitas as notícias sobre estes candidatos, devido a candidaturas a Câmaras como a do Porto, Oeiras ou Matosinhos. Depois do ato eleitoral, deram algum destaque nos dias a seguir as eleições autárquicas, sobretudo à vitória no Porto.

As principais notícias referem-se à cobertura de campanha, e, no caso da Câmara Municipal do Porto ao acompanhamento de todo o trabalho levado a cabo pelo executivo, não muito por ele ser independente mas principalmente por presidir à segunda Câmara mais importante do país. Saíram também uma série de artigos que se debruçam sobre este tipo de candidaturas, mas não foram assim tão significativos em termos de dados para o debate público.

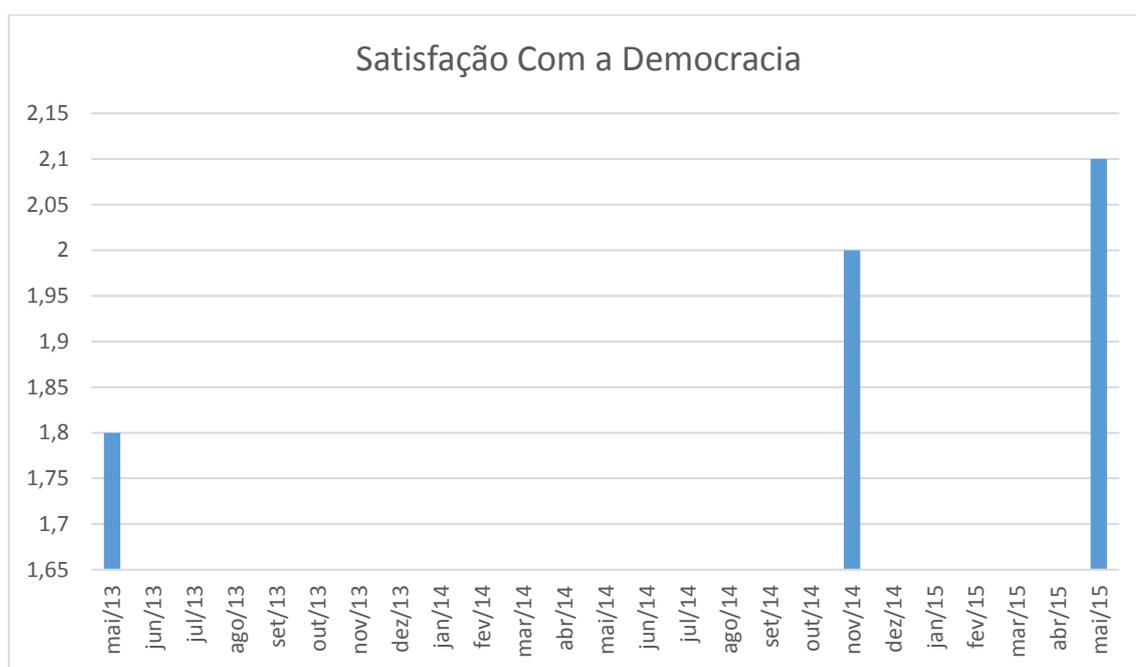
11. A qualidade da Democracia

Este último ponto serve para fazer uma análise geral ao sentimento e percepção da população. Não tendo sido possível efetuar um inquérito a nível nacional irá recorrer-se a dados do Portal da Opinião Pública (POP), a partir de 2013.

Ao analisar o resultado obtido deste tipo de candidaturas em 2013, foram também analisados quer os dados de confiança na democracia, quer nos partidos políticos nessa data e até aos dias de hoje.

Recorrendo ao POP, em relação ao parâmetro sobre a “satisfação com a democracia”, em maio de 2013, o nível foi o mais baixo desde que existe esse estudo com 1.8 (entre 1 - nada satisfeito e 4 - muito satisfeito). Evoluiu para 2 em novembro de 2014, e para 2.1 em maio de 2015, como o seguinte gráfico assim expõe.

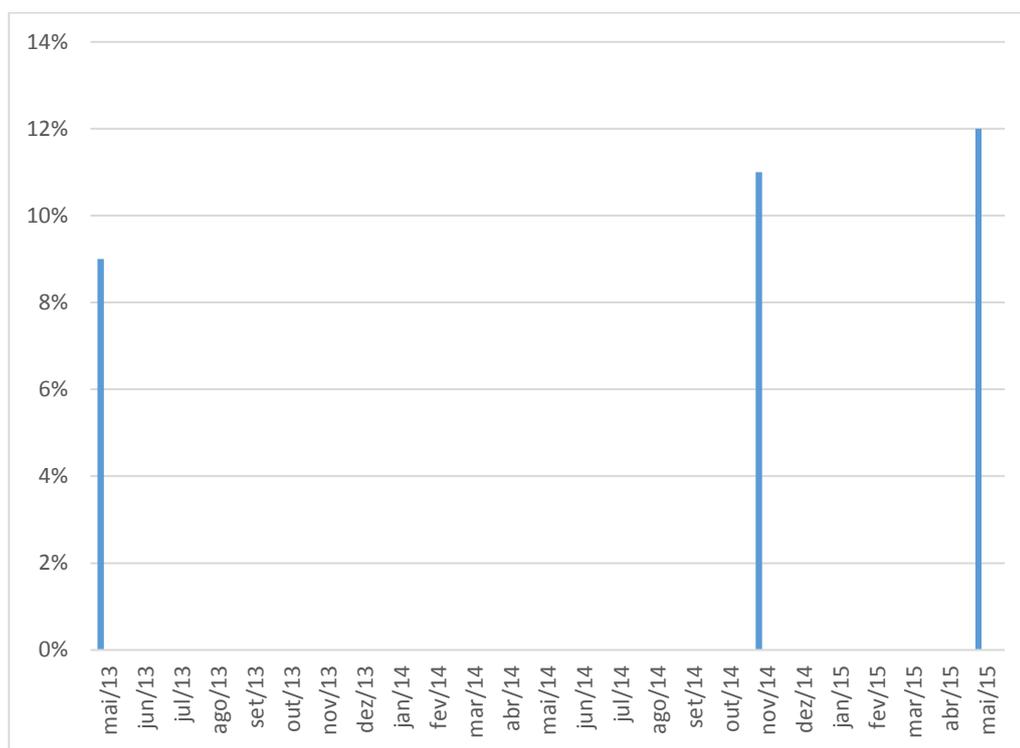
Gráfico 2 – Satisfação com a democracia



Fonte: Elaborado pelo próprio com recuso ao PORDATA

No parâmetro sobre a “confiança nos partidos políticos”, em maio de 2013, a percentagem de 9%, o mais baixo desde que há essa medição, subindo, em novembro de 2014 para 11% e em maio de 2015, para 12%, como se pode ver pelo gráfico seguinte:

Gráfico 3 – Confiança nos partidos políticos

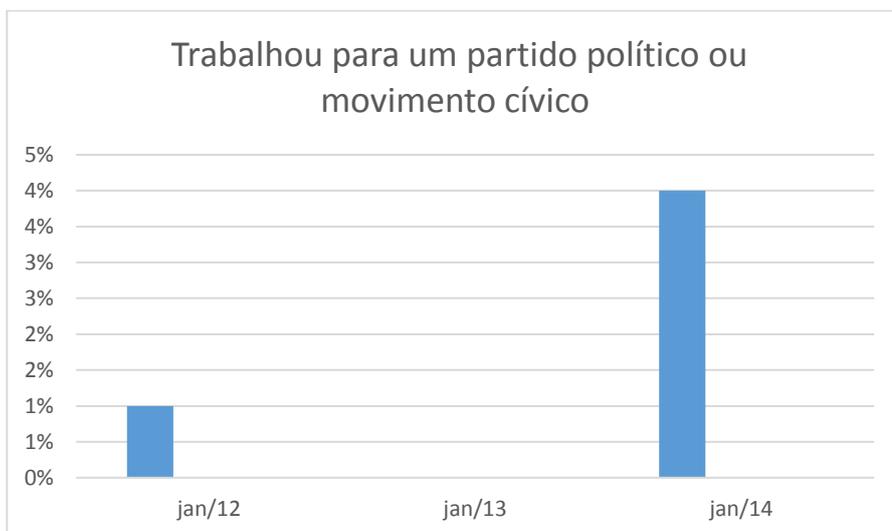


Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso ao Pordata

Estes dados mostram que uma das justificações do sucesso dos independentes em 2013 foi o sentimento de descrédito que os cidadãos tinham sobre a democracia e a pouca confiança que os mesmos demonstravam em relação aos partidos políticos. Nota-se que a partir desse ano os dois índices foram subindo ligeiramente não sendo possível relacionar, com exatidão, esta melhoria com a emergência dos Independentes. Mesmo assim continuam a ser valores bastante baixos, o que indicia que os partidos vão ter de alterar a sua atitude para assim conseguirem melhorar a sua imagem e transmitir mais confiança e credibilidade ao eleitorado.

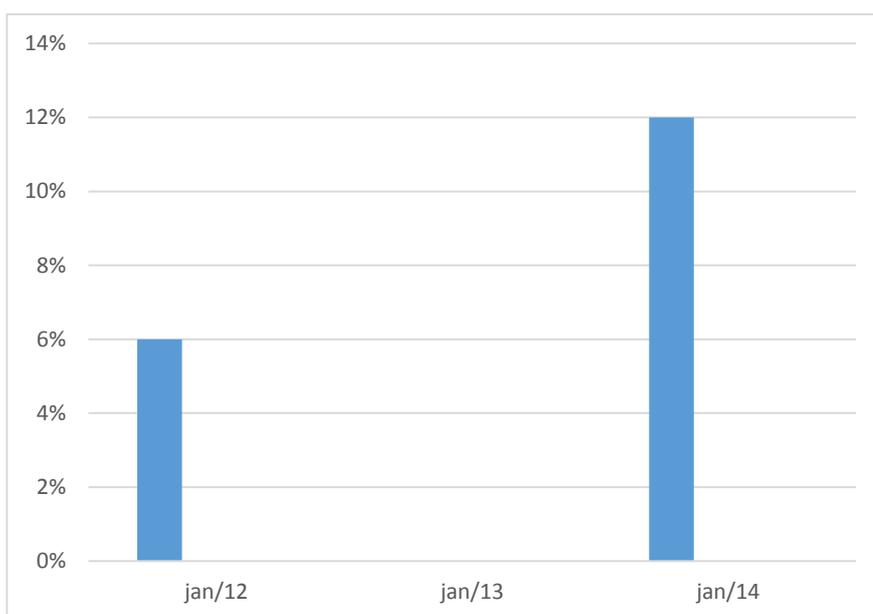
Para melhor fundamentarmos a nossa análise recorreremos a mais dois dados estatísticos: o primeiro referente à pergunta “trabalhou para um partido político ou movimento cívico” e, o segundo, “teve contacto com um político”, tendo os espaços temporais interesse para a investigação, dado que se situam entre 2012 e 2014, ou seja, antes e depois das eleições autárquicas de 2013.

Gráfico 4 – Trabalhou para um partido político ou movimento cívico



Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso ao Pordata

Gráfico 5 – Contato com os políticos



Fonte: Elaborado pelo próprio com recurso ao Pordata

Relativamente à primeira questão (trabalhou para um partido político ou movimento cívico) verifica-se uma evolução positiva de 1%, em dezembro de 2012, para os 4%, em dezembro de 2014. No segundo caso (teve contacto com um político), a percentagem passa de 6%, em dezembro de 2012, para os 12%, em dezembro de 2014.

Através da análise destes dados podemos concluir que os baixos níveis de popularidade registados em 2013, quer nos partidos políticos nacionais como nos níveis

de satisfação com a democracia podem ter ajudado ao sucesso das candidaturas independentes. Importa também salientar que a descida registada em 2013 pode ser consequência da crise económica que se fazia sentir, na sequência da aplicação do programa de ajustamento estrutural em Portugal que gerou uma austeridade acentuada, com impacto social significativo, sobretudo devido à subida da taxa de desemprego que conduziu a um aumento da emigração.

Uma nota, para os dados sobre se trabalhou para um partido ou movimento, que subiu, e também para o que mede se teve contacto com um político, subindo este o dobro da percentagem, o que denota uma tendência para uma maior aproximação entre os cidadãos e a política, facto que também poder ter sido influenciado pela emergência dos Independentes.

Face a estudos publicados, podemos também referir que os portugueses têm baixos índices de satisfação face a justiça social, no funcionamento dos tribunais e a falta de controlo sobre os cargos políticos.

Se é verdade que a democracia formal foi a primeira conquista dos portugueses com a mudança de regime operada em 25 de abril de 1974, também é verdade que a democracia material e social se tornou também uma exigência, consolidada com a integração do País nas Comunidades Europeias, em 1986.

O descontentamento demonstrado relativamente a aspetos que medem a qualidade da democracia revelam uma população mais exigente, face à evolução positiva que o País registou com aqueles dois acontecimentos históricos. Por outro lado, devem levar a pensar os atores políticos que são postos em causa nesta avaliação, sob o risco de fragilização da sociedade, com a emergência de forças populistas que prometem soluções radicais para combater o desencanto popular.

Conclusões

As democracias europeias estão a ser marcadas pela incerteza, sendo apontadas várias fraquezas às estruturas e ao funcionamento do seu sistema político. Portugal não é exceção e, por isso, todos os planos destinados a melhorar o sistema político devem ser bem pensados.

O impacto público e político das candidaturas autárquicas independentes, em 2013, merece análise e estudo por aquilo que pode significar em termos de um novo paradigma de fazer política, não contra os partidos (embora nalguns casos possa existir essa tentação, que não é democrática), mas como saudável alternativa. Esta é tanto mais plausível quanto a globalização, marcada por um modelo anglo-saxónico, liberal e capitalista, como que secundarizou a velha querela ideológica que, sobretudo ao longo do século XX, marcou a disputa eleitoral.

O caso mais mediático ocorrido nas eleições autárquicas de 2013 foi a vitória da candidatura independente, liderada por Rui Moreira, no município do Porto, facto que merece ser instigado, não apenas para se tentar perceber se estamos perante factos conjunturais, e eventualmente irrepetíveis, ou se haverá uma tendência estrutural, dado o descontentamento com a política e os políticos revelados em sucessivos inquéritos (e não apenas em Portugal).

Com este trabalho observamos algumas tendências que no futuro se poderão confirmar ou infirmar.

No que se refere aos partidos políticos, podemos concluir que em termos da sua estrutura interna, e das suas bases de apoio, se denota um crescimento no número de filiados (com exceção do PSD, sendo que esta quebra se pode dever ao facto de ter sido governo numa conjuntura desfavorável), mesmo considerando que o número de militantes com as cotas pagas não chega a metade.

Podemos também concluir que existe um fosso entre o número de cidadãos com capacidade eleitoral e o número de militantes existentes nos cinco partidos principais do panorama político nacional, realidade que de resto é comum aos partidos europeus, com o declínio dos partidos de massas, transformados ora em partidos de militantes ora de eleitores (*catch all*).

Podemos também referir que nos concelhos onde a Câmara foi conquistada por uma lista independente, a grande maioria das Assembleias de Freguesia também o foram, o que nos pode levar a concluir que existe uma ampla base de apoio a esse tipo

de movimentos nesses concelhos, conquistando não só o órgão camarário como das freguesias.

Na análise territorial, conseguiu-se perceber que não existe uma área de incidência especial desse tipo de candidaturas, existindo casos de sucesso praticamente por todo o País, desde as zonas mais litorais e populosas, como são o caso dos municípios do Porto, Matosinhos e Oeiras, até às regiões mais do interior e com menor densidade populosa, como são os casos dos municípios de Borba, e Estremoz.

Na análise referente aos municípios liderados por independentes, não se notou uma maior participação eleitoral nos atos eleitorais seguintes (Legislativas 2015, Presidenciais 2016). Antes pelo contrário, na sua maioria o valor da taxa de abstenção foi subindo, acompanhando a tendência nacional, o que nos pode levar a concluir que a existência de municípios liderados por estes movimentos não leva a existência de uma maior participação eleitoral, o que pode significar que os mesmos têm uma expressão sobretudo local, onde a proximidade e o conhecimento eleitor-eleito é maior.

No contexto dos partidos políticos tradicionais existiram algumas alterações no sentido de uma valorização dos independentes. O caso mais paradigmático é do Partido Socialista, com a alteração da forma de escolha do seu líder, com a introdução das primárias, alargadas à participação de simpatizantes (que só tinham de declarar que concordavam com os princípios do PS). A composição das listas aos círculos eleitorais nas eleições legislativas de 2015 foi também um aspeto onde se notou uma maior abertura aos não filiados, com a colocação de independentes em lugar de destaque, alguns mesmo como cabeças de lista, como foram os casos de Tiago Brandão Rodrigues, pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, e de Manuel Herédia, pelo círculo de Braga, que posteriormente se tornaram ministros do Governo PS, com as pastas da Educação e da Economia, respetivamente.

Também nas eleições presidenciais de 2026 se notou uma maior evidenciação de independência por parte dos diversos candidatos. Os que já o eram, como Sampaio da Nóvoa, apresentaram essa característica como um trunfo face aos candidatos com filiação partidária. O próprio PS se eximiu de tomar partido entre aquele candidato independente e a sua militante (e presidente) Maria de Belém Roseira. Esta, por seu turno, tal como Marcelo Rebelo de Sousa (filiado no PSD), fizeram questão de manifestar a sua independência face aos partidos, ao ponto do candidato vencedor ter dispensado o envolvimento direto na campanha dos líderes dos partidos que o apoiavam (Passos Coelho e Paulo Portas) e das respetivas máquinas partidárias.

Em termos de debate político nacional, não existiram grandes discussões sobre a temática, visto que os partidos políticos com assento parlamentar não concordam com a possibilidade de candidaturas independentes às eleições legislativas. Apenas algumas vozes vão dando a sua opinião favorável a essa alteração eleitoral, como foi o caso de alguns candidatos às Presidenciais de 2016, também eles detentores desse estatuto.

Ao nível do debate local, não se sentiu uma melhoria desse processo, nem uma significativa participação dos cidadãos nas Assembleias Municipais. Nota-se, sim, uma menor influência das ideologias tradicionais, por parte de quem pertence a estes grupos de cidadãos, fazendo poucas referências às discussões da política nacional, tentando ter uma posição e discurso abrangente e conciliador entre todos os membros da autarquia. Salienta-se que existe uma diferença de assuntos levados à discussão pelos deputados municipais das regiões menos populosas do interior que tendem a valorizar questões mais micro (como arranjo de caminhos, limpeza dos mesmos, ruído, etc.) enquanto nos municípios mais populosos do litoral se centram em questões mais macro (como os grandes investimentos, valorização turística, discussão das taxas a aplicar, etc.).

Nos dados analisados, constantes das atas municipais, não se nota alterações significativas na participação dos cidadãos no período da ordem do dia que lhes é destinado. Em algumas sessões a sua participação é nula, e quando usam esse direito verifica-se que muitas vezes é para a colocação de problemas do foro pessoal, não de carácter comunitário.

De salientar a existência de Assembleias Municipais descentralizadas, procurando maior participação e envolvimento dos munícipes que estão mais distanciados da sede de concelho.

Em termos de estruturação de campanhas eleitorais e das mensagens políticas quase nada mudou, e mesmo a comunicação social, pouca relevância deu a este fenómeno.

Na análise sobre a qualidade da democracia, o facto de o período em observação ser muito recente não permite conclusões muito assertivas sobre o seu real impacto. No entanto, foi possível chegar a algumas conclusões preliminares que indiciam que a emergência das candidaturas independentes poderá estar relacionada com o desgaste na popularidade dos partidos e dos políticos, evidenciados pelos estudos de opinião. Os independentes surgem, assim, como uma alternativa a partidos populistas que apresentem soluções radicais para os problemas da sociedade.

Por isso, e como resposta à questão principal desta investigação, houve alguns aspetos evoluíram na democracia portuguesa desde 2013 por influência das candidaturas independentes.

Será pertinente observar, num futuro próximo, se os mais relevantes partidos políticos portugueses continuarão a aumentar o número de “independentes” nas suas listas para as eleições legislativas, ou se este fenómeno foi circunstancial.

Outro ponto importante de analisar no futuro será se os partidos vão continuar a privilegiar listas próprias aos órgãos autárquicos ou se começam cada vez mais a apoiar independentes. Veja-se o cenário de Rui Moreira se poder recandidatar à Câmara do Porto não apenas com o apoio do CDS-PP (como aconteceu em 2013) mas também do PS.

O caso do Porto poderá tornar-se um *case study* na medida em que o aparente sucesso que denota poderá impulsionar o aparecimento de mais candidaturas independentes nas eleições autárquicas de 2017.

Conclui-se também que a existência deste tipo de candidaturas não leva a uma maior participação e intervenção dos cidadãos no dia-a-dia da governação municipal, nem fomenta uma maior participação eleitoral como se pode comprovar pelas taxas de abstenção, levando a que exista uma maior discussão sobre o combate a abstenção no panorama nacional.

Por isso, e para se perceber se este fenómeno é duradouro ou fugaz, as eleições autárquicas de 2017 serão um importante teste.

Num País onde os referendos e a democracia direta têm pouca expressão, será curioso observar até que ponto o crescimento da participação política dos cidadãos independentes provocará alterações no sistema político tendentes ao seu maior envolvimento e o reflexo que isso terá na qualidade da democracia portuguesa.

Será interessante acompanhar a evolução deste processo, designadamente o enquadramento que as candidaturas Independentes podem vir a ter no futuro, e qual a postura dos líderes dos principais partidos nacionais, neste processo, visto que são eles que influenciam as tomadas de decisão quando esses assuntos entram no debate político.

Este trabalho lidou com algumas limitações que esperemos possam ser superadas em investigações futuras:

A falta de literatura intensiva e variada sobre este fenómeno e a ausência de dados pertinentes sobre esta temática, dificultaram a procura da resposta às questões aqui colocadas. Existe alguma literatura, que se centra nesta área de estudo específica,

no entanto verifica-se uma diferença temporal, ou seja, as obras não são atualizadas conforme o contexto nacional que se observa desde 2013.

Uma outra limitação diz respeito à percepção que os cidadãos têm deste fenómeno, uma vez que era importante ter dados sobre as populações desses municípios e tentar aferir o seu nível de satisfação com o exercício do poder municipal, se melhorou a resposta as suas exigências, e se mudaram a forma de estar e exercer o poder político naquele município.

A falta de enquadramento nas definições quer de sistema de partidos como de governo e a falta de classificação deste tipo de movimentos face a sua origem, ideologia e durabilidade, são também alguns dos aspetos limitadores se se podem colocar.

Bibliografia

- Amaral, Diogo Freitas do (2014) *Uma Introdução à Política*, Lisboa: Bertrand.
- Carvalho, Manuel Proença (2010) *Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais* 3 edição (revista e atualizada), Lisboa: Quid Juris Editora.
- Constituição da República Portuguesa (2011) Coimbra: Edições Almedina.
- Coelho, Mário Baptista [coord.] (1989) Portugal: *O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, Lisboa: ICS.
- Colomer, Josep M. [ed.] (2008) *Comparative European Politics*, New York: Routledge, pp.174-207.
- Cruz, Manuel Braga da (1995) *Instituições Políticas e Processo Político*, Venda Nova: Bertrand.
- Fernandes, António José (2008) *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas*, Porto: Porto Editora.
- Fernandes, Jorge (2015) *O Parlamento Português*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Freire, André; VIEGAS, José Manuel Leite [org.] (2009) *Representação Política: O Caso Português em Perspetiva Comparada*, Lisboa: Sextante Editora.
- Freire, André (2013) *O Sistema Político Português, Séculos XIX-XXI: Continuidades e Rupturas*, Coimbra: Almedina cap9 213-252.
- Jalali; Carlos (2007) *Partidos e Democracia em Portugal, 1974-2005*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lisi, Marco (2011) *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*, Coimbra: Almedina.
- Lopes, Pedro Santana (2001) *Os sistemas de governo mistos e o actual sistema Português*, Lisboa: Difel.
- Maestre, Roberto Losada (2013) "El Sistema Político de Portugal", in Medero, Gema Sanchez & Medero, Rubén Sánchez (dir.) (2013) *Sistemas Políticos en Europa*, Valencia: Tirant lo Blanch, pp. 231-262.
- Maltez, José Adelino (2004) *Tradição e Revolução: Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Lisboa: Tribuna da História.
- Martins, Manuel Meirinho (2003) *Participação Política e Grupos de Cidadãos Eleitores*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Martins, Manuel Meirinho (2004) *Participação Política e Democracia – O Caso Português (1976-2000)*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Martins, Manuel Meirinho (1997) *As eleições autárquicas e o poder dos cidadãos*, Lisboa: Veja.

Montalvo, António Rebordão (2003) *O Processo de mudança e o novo modelo de gestão pública municipal*, Coimbra: Almedina.

Moreira, Adriano (2009) *Ciência Política* 4ª Edição, Coimbra: Almedina.

Mozzicafredo, Juan (1997) *Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

Neves, Maria José L. Castanheira (2004) *Governo e Administração Local*, Coimbra: Coimbra Editora Cap.3;25-60.

Pasquino, Gianfranco (2010) *Curso de Ciência Política* 2ª edição revista e actualizada, Cascais: Principia.

Pasquino, Gianfranco (2005) *Sistemas Políticos Comparados*, Cascais: Principia.

Pereira, Paulo Trigo (2012) *Portugal: Dívida Pública e Défice Democrático*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Porta, Donatella Della (2003) *Introdução à Ciência Política*, Lisboa: Editorial Estampa.

Pinto, José Filipe (2015) *O Poder em Portugal*, Coimbra: Almedina.

Rosseau. (2012) *O Contrato Social*, Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Schmitter, Philippe C. (1999) *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa: ICS.

Telo, António José (2008) *História Contemporânea de Portugal: Do 25 de Abril à actualidade*, Lisboa: Presença.

Touraine; Alain (1994) *O que é a Democracia?*, Lisboa: Instituto Piaget.

Web grafia

<http://www.publico.pt/portugal/jornal/as-candidaturas-independentes-e-a-reforma-do-sistema-politico-27283506> Consultado em: 29/12/2015

<http://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/index.html#%00> Consultado em 30/12/2015

<http://juntospelopovo.pt/> Consultado em 30/12/2015

<http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/partidos.html> Consultado em 20/04/2016

<http://expresso.sapo.pt/politica/2015-07-31-Eleicoes-JPP-o-novo-partido-da-Madeira-concorre-pela-primeira-vez-em-14-circulos -1> Consultado em 30/12/2015

<http://expresso.sapo.pt/politica/o-que-e-que-o-jpp-tem=f917718> Consultado em 30/12/2015

<http://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/candidatos.html> Consultado em 30/12/2015

<http://www.pordata.pt/> Consultado em 08/01/2016

<http://www.priberam.pt/dlpo/> Consultado em 11/02/2016

Infografia retirada do site do Expresso Consultado em 17/02/2016

<http://www.cne.pt/content/eleicoes-autarquicas-2005> Consultado em 22/02/2016

<http://www.dn.pt/portugal/interior/concelhia-do-porto-acusa-vereador-de-frete-politico-a-rui-moreira-4866080.html> Consultado em 04/01/2016

<http://www.porto.pt/noticias/o-que-pensam-os-partidos-apos-dois-anos-de-rui-moreira> Vista em 03/01/2016 Consultado em 04/01/2016

<http://www.porto.pt/noticias/rui-moreira-agradece-aos-seus-apoiantes-dois-anos-apos-vitoria-eleitoral> Consultado em 04/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/22-10-2014/um-ano-de-rui-moreira-no-porto-o-que-esta-feito-e-o-que-falta-fazer> Consultado em 04/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/rui-moreira/partidos-sao-coligacao-com-agencias-de-emprego> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/porto/rui-moreira-diz-que-trabalho-de-independentes-vai-dar-frutos> Consultado 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/tomada-de-posse/autarquicas-rui-moreira-toma-hoje-posse-no-porto> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/politica/rui-moreira-formaliza-uniao-a-ps-para-ter-maioria-no-porto> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/autarquicas/rui-moreira-vence-no-porto-nao-vos-vou-desapontar> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/esta-e-boca/nao-e-por-gastar-mais-em-outdoors-e-brindes-que-se-ganham-eleicoes> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/autarquicas/porto-adriano-moreira-e-capucho-na-comissao-de-honra-de-rui-moreira> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/porto/rui-moreira-diz-que-centralismo-faz-lembrar-o-estado-novo> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/videos/informacao/rui-moreira-e-oficialmente-candidato-a-camara-do-porto/53f5c6113004c0581a65a692> Consultado em 03/01/2016

<http://www.tvi24.iol.pt/politica/camara-do-porto/oficial-rui-moreira-e-candidato-independente-ao-porto> Consultado em 03/01/2016

<http://www.publico.pt/politica/noticia/a-crise-das-democracias-e-a-reforma-dos-sistemas-eleitorais-1670588> Consultado em 03/01/2016

<http://www.publico.pt/politica/noticia/reforma-eleitoral-so-mesmo-para-reabrir-o-debate-1677493> Consultado em 03/01/2016

<http://www.publico.pt/opiniao/jornal//o-arco-constitucional-e-democratico-27247210> Consultado em 03/01/2016

<http://www.publico.pt/opiniao/jornal//autarquicas-2013-e-se-a-direita-perdesse-e-a-esquerda-nao-ganhasse-27143458> Consultado em 03/01/2016

<http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/as-dificuldades-de-uma-candidatura-independente--3388787.html> Vista em 03/01/2016

<http://www.pop.pt/> 22/02/2016

<http://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2016/> 04/03/2016

<http://juntospelopovo.pt/jpp/da-madeira-para-o-pais-jpp-concorre-pela-primeira-vez-em-14-circulos/> Consultado em 04/01/2016

<http://www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/> 21/02/2016

<http://www.cm-porto.pt/> Consultado em 23/03/2016

<http://www.cm-estremoz.pt/> Consultado em 23/03/2016

<http://www.cm-borba.pt/pt/Paginas/home.aspx> Consultado em 23/03/2016

<http://www.cm-redondo.pt/pt/paginas/home.aspx> Consultado em 24/03/2016

<http://www.cm-aguiardabeira.pt/> Consultado em 24/03/2016

<http://www.cm-anadia.pt/> Consultado em 25/03/2016

<http://www.cm-calheta.pt/pagina-inicial/> Consultado em 25/03/2016

http://www.cm-oeiras.pt/Paginas/cmo_homepage.aspx Consultado em 26/03/2015

<http://www.cm-matosinhos.pt/> Consultado em 27/03/2016

<http://www.cm-portalegre.pt/pt/> Consultado em 28/03/2016

<http://www.cm-saovicente.pt/> Consultado em 28/03/2016

<http://www.cm-vncerveira.pt/> Consultado em 28/03/2016

<http://www.cm-santacruz.pt/> Consultado em 29/03/2016

<https://www.publico.pt/destaque/jornal/independentes-reforcam-estatuto-de-potencia-no-poder-local-27176228> Consultado em 29/03/2016

<http://observador.pt/2015/07/10/costa-muda-todos-os-cabecas-de-lista-so-vieira-da-silva-repete/> Consultado em 30/03/2016

<http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/eleicoes/legislativas/detalhe/psdcds-com-oito-governantes-dois-independentes-e-ninguem-do-cds-como-cabecas-de-lista.html> Consultado em 04/01/2016

<http://www.ionline.pt/287298> Consultado em 09/02/2016

<http://www.publico.pt/politica/noticia/candidatos-independentes-reclamam-inconstitucionalidade-de-campanha-presidencial-1712194> Consultado em 09/03/2016

<http://www.publico.pt/presidenciais-2016/candidatos> Consultado em 09/03/2016

<http://www.dn.pt/portugal/interior/marcelo-quer-ser-independente-mesmo-com-o-apoio-da-direita-4896476.html> Consultado em 09/03/2016

<http://observador.pt/2016/01/17/perfil-presenciavel-nos-explicamos-um-um/> Consultado em 10/04/2016

<http://www.publico.pt/portugal/jornal/partidos-falam-em-perigo-para-a-democracia-para-rejeitar-independentes-27226330> Consultado em 21/04/2016

<http://www.sol.pt/noticia/87720/partidos-abertos-a-candidatos-independentes> Consultado em 20/01/2016

http://www.jornaldenegocios.pt/economia/politica/eleicoes/legislativas/detalhe/mapa_sabia_quem_sao_os_candidatos_a_deputados_do_seu_distrito.html Consultado em 09/04/2016

<http://www.bqd.ics.ul.pt/> consultado em 09/03/2016

<http://visao.sapo.pt/actualidade/portugal/portugueses-insatisfeitos-com-a-democracia=f773586> Consultado em 20/04/2016

http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?did=155903 Consultado em 20/04/2016

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Survey/getSurveyDetail/instruments/STANDARD/surveyKy/2098> Consultado em 20/04/2016

<http://www.pcp.pt/> Consultado em 03/03/2016

<http://www.ps.pt/> Consultado em 03/03/2016

André Freire* Michael A. Baum**Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização***Análise Social, vol. XXXVI (158-159), 2001, 9-

41<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218726096D9qMO5ca2St58PR8.pdf>

Consultado em 20/04/2016

<http://www.bloco.org/> Consultado em 10/03/2016

<http://www.cds.pt/> Consultado em 09/03/2016

CIES e-Working Paper nº 99/2010 As clivagens políticas e os partidos: uma abordagem

Patrícia Calca http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP99_Calca.pdf

Consultado em 11/04/2016

<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>

Consultado em 20/05/2016

Anexos

Infografia retirada do jornal expresso

■ PS ■ PSD ■ CDU ■ CDS-PP ■ BE ■ INDEP. ■ PSD/CDS-PP ■ PSD/PPM ■ PS/BE/PND/MPT/PTP/PAN



MADEIRA



AÇORES

